

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMMINENSE  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RODRIGO ALVES CARNEIRO KUO

HIPÓTESES SOBRE O ELEVADO *SPREAD* BANCÁRIO NO BRASIL ENTRE 2000 E  
2018

NITERÓI, RJ

2019

RODRIGO ALVES CARNEIRO KUO

**HIPÓTESES SOBRE O ELEVADO *SPREAD* BANCÁRIO NO BRASIL ENTRE 2000  
E 2018**

Monografia apresentada ao Programa de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Campo de Confluência: Economia e Finanças

Orientador:

Prof. Dr. Renaut Michel

NITERÓI, RJ

2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BEC  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

K95h Kuo, Rodrigo Alves Carneiro  
Hipóteses sobre o elevado spread no Brasil entre 2000 e  
2018 / Rodrigo Alves Carneiro Kuo ; Renaut Michel Barreto e  
Silva, orientador. Niterói, 2019.  
67 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências  
Econômicas)-Universidade Federal Fluminense, Faculdade de  
Economia, Niterói, 2019.

1. Economia bancária. 2. Sistema de crédito. 3. Produção  
intelectual. I. Barreto e Silva, Renaut Michel, orientador.  
II. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Economia.  
III. Título.

CDD -

RODRIGO ALVES CARNEIRO KUO

**HIPÓTESES SOBRE O ELEVADO *SPREAD* BANCÁRIO NO BRASIL ENTRE 2000  
E 2018**

Monografia apresentada ao Programa de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Campo de Confluência: Economia e Finanças

Aprovado em \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Renaut Michel - UFF

---

Prof. Dr. Carlos Vidotto - UFF

---

Prof. Dr. Leonardo Mulls - UFF

NITERÓI, RJ

2019

## AGRADECIMENTO

Agradeço à toda minha família, amigos e professores que me ajudaram nesta caminhada. Em especial:

Ao meus pais Chun Te e Lúcia, que sempre me apoiaram e me deram excelentes condições para realização dos meus estudos.

Aos meus irmãos Maria e Bernardo, por sempre compartilharem conhecimento e experiências comigo.

À minha namorada Júlia, por todo apoio e incentivo durante a minha trajetória na graduação.

Ao meu orientador Renaut Michel, pelas aulas ao longo do curso de graduação, por me incentivar a pesquisar o tema desta monografia e pela orientação.

Ao corpo docente da Universidade Federal Fluminense, por me fornecer conhecimentos para minha formação de economista.

## RESUMO

O objetivo central deste trabalho de conclusão de curso é levantar hipóteses sobre os motivos que levam ao *spread* bancário brasileiro ser tão elevado durante os anos de 2000 a 2018. Deste modo, houve a necessidade de estudar os determinantes do *spread* bancário nacional. Para tal, o estudo foi iniciado a partir do destaque dos impactos negativos de um elevado *spread* bancário para o desenvolvimento da economia nacional na medida em que restringe os investimentos e limita o consumo da população. Assim, ao analisar a estrutura do *spread* de acordo com o Banco Central, observou-se a existência de quatro componentes principais no período em destaque: Inadimplência, Custos Administrativos, Cunha Fiscal e Lucro Bancário. Contudo, existem outras variáveis que não fazem parte dessa estrutura do *spread*, mas que também impactam em sua elevação. Por isto, foi realizada uma revisão bibliográfica para entender os principais determinantes do *spread*. Logo, como conclusão, foi levantada três hipóteses para justificar o por que do *spread* ser elevado no país. A primeira e a mais importante é referente ao cenário macroeconômico nacional que não permite uma redução da taxa Selic. A segunda é sobre ao principal componente da estrutura do *spread*, ou seja, a elevada inadimplência e como ações governamentais não estimulam a queda desta taxa. Por último, foi ressaltado o debate envolvendo o nível de concorrência no setor bancário. Neste quesito, entendeu-se que pode haver medidas que estimulem um aumento da concorrência, fato que resultaria na queda dos *spreads*.

**Palavras-chaves:** *Spread* bancário, mercado de crédito, determinantes do *spread*.

ABSTRACT

The main objective of this paper is to raise hypotheses about the reasons why the Brazilian banking *spread* was so high during the years 2000 to 2018. Thus, there was a need to study the determinants of the national banking *spread*. To this end, the study was initiated by highlighting the negative impacts of a high bank *spread* for the development of the national economy as it restricts investments and limits the consumption of the population. Thus, when analyzing the structure of the *spread* according to the Central Bank, it was observed the existence of four main components in the period highlighted: Default, Administrative Costs, Tax Wedge and Bank Profit. However, there are other variables that are not part of this *spread* structure, but also impact its increase. Therefore, a literature review was performed to understand the main determinants of the *spread*. As a conclusion, three hypotheses were raised to justify why the *spread* is high in the country. The first and most important refers to the national macroeconomic scenario that does not allow a reduction in the Selic rate. The second is about the main component of the *spread* structure, namely the high delinquency and how government actions do not stimulate the fall of this rate. Finally, the debate surrounding the level of competition in the banking sector was highlighted. In this regard, it was understood that there may be measures that stimulate increased competition, which would result in a drop in *spreads*.

**Keywords:** Bank Spread, Credit Market, Spread Determinants

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Gráfico 1 Evolução dos *spreads* bancários brasileiro e mundial (em %), f. 09
- Gráfico 2 *Spread* bancário dos países emergentes em 2003, 2013 e 2016 (em %), f. 10
- Gráfico 3 *Spread* bancário brasileiro e de países desenvolvidos em 2013 (em %), f. 11
- Gráfico 4 Composição dos créditos Separação dos créditos por tipo de recurso e perfil de tomador no Brasil entre 2000 e 2007, f.14
- Gráfico 5 Distribuição dos Créditos Livres entre PJ e PF, f. 16
- Gráfico 6 Participação dos Créditos Direcionados e Livres ao longo de 2008 a 2018, f. 17
- Gráfico 7 Porcentagem dos Créditos Direcionados destinados às Empresas e Famílias, f. 18
- Gráfico 8 Porcentagem dos Créditos Livres destinados às empresas e famílias, f. 19
- Gráfico 9 Relação Crédito/PIB x *Spread* bancário médio anual (em %), f. 21
- Gráfico 10 Evolução de cada componente do *spread* bancário pré-fixado entre 2007 e 2014 (em %), f. 27
- Gráfico 11 Evolução dos componentes do ICC médio ajustado (em %) entre 2015 e 2018, f. 31
- Figura 1 Tempo e Custo de Recuperação de Crédito, f. 35
- Gráfico 12 Taxa Selic e *Spread* Bancário (em %), f. 48



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comportamento do <i>spread</i> bancário (em %) entre 2003 e 2018.....	08
Tabela 2 - Taxas de juros e <i>spread</i> separados pelo perfil do tomador.....	13
Tabela 3 - Disponibilidade dos créditos no Brasil entre 2000 e 2007 (em R\$ bilhões).....	14
Tabela 4 - Evolução dos créditos livres destinados às famílias e empresas entre 2000 e 2007...	15
Tabela 5 - Disponibilidade de créditos entre 2008 e 2018.....	16
Tabela 6 - Disponibilidade dos Créditos separados pelo tipo de recurso de 2008 e 2018.....	16
Tabela 7 - Disponibilidade dos Créditos separados pelo perfil o tomador de 2008 e 2018.....	17
Tabela 8 - Porcentagem dos Créditos Direcionados destinados às Empresas e Famílias.....	18
Tabela 9 - Porcentagem dos Créditos Livres destinados às Empresas e Famílias.....	19
Tabela 10 - Relação de Crédito/PIB entre 2003 e 2018.....	20
Tabela 11 - Decomposição do <i>spread</i> bancário pré-fixado entre 2007 e 2014 (em %).....	26
Tabela 12 - Decomposição do <i>spread</i> bancário pré-fixado.....	27
Tabela 13 - Decomposição do ICC médio ajustado (em %).....	29
Tabela 14 - Decomposição do ICC médio ajustado.....	30
Tabela 15 - Lucro dos cinco maiores bancos brasileiros a partir de 2016 (em R\$ bilhões).....	37
Tabela 16 - Evolução entre os anos (em %) dos lucros dos maiores bancos brasileiros.....	38
Tabela 17 - Determinantes do <i>spread</i> bancário nacional.....	46

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>1. SPREAD BANCÁRIO E O MERCADO DE CRÉDITO NO BRASIL</b> .....	02
<b>1.1. DEFINIÇÃO DE SPREAD BANCÁRIO</b> .....	02
1.1.1. Dois métodos contábeis de mensurar o <i>spread</i> bancário: <i>spread ex-ante</i> e <i>ex-post</i> .....	04
1.1.2. Evolução do <i>spread</i> bancário nacional entre 1994 a 2018.....	05
<b>1.2. MERCADO CREDIÁRIO NACIONAL</b> .....	11
1.2.1. Evolução dos créditos no Brasil entre 2000 a 2018.....	14
<b>1.3. RELAÇÃO ENTRE SPREAD BANCÁRIO E A CONCESSÃO DE CRÉDITOS NO BRASIL</b> .....	21
<b>1.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	23
<b>2. ESTRUTURA DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL</b> .....	26
<b>2.1. PRIMEIRA METODOLOGIA: DECOMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO PRÉ-FIXADO</b> .....	27
<b>2.2. SEGUNDA METODOLOGIA: DECOMPOSIÇÃO DO ICC MÉDIO</b> .....	30
<b>2.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PRINCIPAIS COMPONENTES DO SPREAD BANCÁRIO BRASILEIRO</b> .....	34
<b>3. DETERMINANTES DO SPREAD BANCÁRIO NACIONAL</b> .....	40
<b>3.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	41
3.1.1. Duas abordagens convencionais sobre determinantes do <i>spread</i> bancário.....	41

3.1.2. Revisão bibliográfica sobre os determinantes do <i>spread</i> bancário brasileiro.....	44
<b>3.2. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OS PRINCIPAIS DETERMINANTES DO <i>SPREAD</i> BANCÁRIO BRASILEIRO.....</b>	<b>43</b>
3.2.1. Taxa Selic e <i>Spread</i> Bancário.....	45
3.2.2. Concorrência no setor bancário e <i>Spread</i> .....	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>56</b>

## INTRODUÇÃO

O *spread* bancário brasileiro é um dos temas mais debatidos na literatura brasileira, conforme definido por Afonso, Kohler e Freitas (2009):

O *spread* bancário, definido como a diferença entre a taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras e o custo financeiro de captação dos recursos, é das matérias mais complexas e polêmicas no Brasil, sendo visto como um dos principais obstáculos à expansão do crédito e ao aprofundamento do sistema financeiro, bem como fator limitador do desenvolvimento do País (AFONSO, J. KOHLER, M. FREITAS, P. Evolução e determinantes do *spread* no Brasil, No. 61 Brasília, 2009)

Desta maneira, este trabalho de conclusão de curso, orientado pelo Professor Renaut Michel, terá como objetivo central levantar as possíveis hipóteses que justifiquem o porquê do *spread* bancário nacional ser tão elevado se comparado com outras taxas encontradas ao redor do mundo.

Com isto, é necessário entender o funcionamento do setor de créditos brasileiro e o comportamento do *spread* bancário ao longo do tempo. Assim, foram selecionados os dados entre os anos 2000 e 2018, disponibilizados pelo Banco Central.

A análise sobre o comportamento do *spread* será realizada em três etapas: (i) evolução, que consiste na avaliação da medida ao longo do tempo; (ii) estrutura, que procura estimar os diversos componentes do *spread* bancário; e (iii) determinantes, que consiste em investigar os efeitos quantitativos sobre o *spread* oriundos de modificações em outras variáveis (SOUZA, 2007).

Logo, cada um destes três processos será debatido em um capítulo específico. No primeiro capítulo, será demonstrado o funcionamento do setor de crédito nacional, ou seja, qual foi o volume de crédito concedido a partir das taxas de *spreads* observadas entre 2000 e 2018. Para tal, é necessário compreender, primeiramente, como estas taxas são mensuradas para, depois, destacar como estas elevadas taxas impactam negativamente no desenvolvimento econômico nacional.

No segundo capítulo, serão levantados os componentes do *spread* bancário brasileiro baseados nas metodologias de decomposição contábil realizadas pelo Banco Central. Contudo,

nem todas as variáveis que impactam na elevação do *spread* são capazes de serem mensuradas por tais métodos. Resultando, por fim, no terceiro capítulo, no qual será investigado os demais determinantes que impactam na elevação do *spread*.

Como conclusão, serão levantadas hipóteses sobre as possíveis causas do elevado *spread* nacional, baseadas nos componentes e determinantes do *spread*.

## 1. SPREAD BANCÁRIO E O MERCADO DE CRÉDITO NO BRASIL

Neste primeiro capítulo, será retratado o funcionamento do mercado de crédito brasileiro entre 2000 e 2018. Em outras palavras, o objetivo é entender qual foi o volume de crédito concedido durante este tempo a partir das taxas de *spreads* observadas.

Deste modo, em um primeiro subcapítulo, será destacada a definição do *spread* bancário, como ele é calculado de forma contábil no Brasil e o porquê desta taxa ser tratada como um importante indicador da eficiência do setor financeiro. Para isto, será analisada a evolução do *spread* bancário brasileiro de 2000 a 2018, destacando o contexto histórico-econômico e o quão elevado é esta taxa em comparação com o resto do mundo.

O funcionamento do sistema de crédito no país será desenvolvido em um segundo subcapítulo, assim como a própria evolução dos créditos concedidos no intervalo de tempo em estudo.

Tendo realizado estes dois passos iniciais, será possível estabelecer a relação entre a taxa de *spread* e o volume total de crédito disponibilizado em um terceiro subcapítulo. De maneira resumida, Cavalcanti, Gutierrez e Divino (2017) ressalva que o *spread* bancário representa o custo da atividade de intermediação financeira entre os agentes superavitários e os agentes deficitários de uma economia. Com isto, em relação as consequências negativas, Cavalcanti, Gutierrez e Divino (2006) complementam:

Se esse custo for demasiadamente elevado, as taxas do crédito podem se situar em patamares que dificultam o financiamento de projetos estruturantes em diversos setores, além de inibir o consumo, principalmente, de bens duráveis, gerando impactos diretos sobre o crescimento econômico.

Para aumentar o bem-estar social, é necessário reduzir esse custo de intermediação, e, para isso, é preciso conhecer os fatores que explicam esse *spread*.

### 1.1. DEFINIÇÃO DE SPREAD BANCÁRIO

*Os bancos exercem papel fundamental no desenvolvimento econômico de qualquer país ao viabilizarem o sistema de pagamentos e financiarem a produção, o consumo e o investimento* (FEBRABAN, 2018, p. 7).

Desta forma, os créditos são concedidos da seguinte forma: os bancos disponibilizam empréstimos ao tomador (famílias ou empresas) mediante o pagamento de uma taxa de juros (taxa de aplicação) e, em contrapartida, as instituições financeiras concedem o pagamento de uma taxa de juros (taxa de captação) para capturar recursos a fim de realizar suas operações. A diferença entre ambas as taxas resulta no cálculo do *spread* bancário.

Ou seja,  $Spread \text{ Bancário} = Taxa \text{ de Aplicação} - Taxa \text{ de Captação}$ .

A taxa de aplicação é a taxa de juro cobrada dos tomadores de empréstimos e ela pode ser classificadas de acordo com o regime de capitalização em juros simples e juros compostos ou quanto à indexação em juros pré-fixados ou juros pós-fixados. *Essas duas classificações não são mutuamente excludentes, ou seja, um empréstimo pode ter juros simples pré-fixados ou pós-fixados, ou juros compostos pré-fixados ou pós-fixados* (Banco Central – “Juros e Spread Bancário”, 2016, p. 4).

Os bancos escolhem livremente a taxa de aplicação, levando em consideração o custo com a intermediação financeira (*spread*) e a taxa de captação. Por isto é importante entender os componentes que fazem parte da estrutura do *spread* e conseqüentemente, de outros determinantes que podem impactar na elevação deste custo de intermediação.

Por sua vez a taxa de captação é definida *como a remuneração paga pelas instituições financeiras em aplicações financeiras – caderneta de poupança, Certificado de Depósito Bancário (CDB), etc., com o objetivo de captar recursos para conceder empréstimos* (Banco Central – “Juros e Spread Bancário”, 2016, p.4).

Segundo o Relatório do Banco Central “Juros e *Spread* Bancário” (2016), a taxa de captação depende de quatro fatores principais:

- (i) Da forma de captação: depósitos à vista não têm custo de captação, a instituição financeira não paga remuneração ao depositante. O CDB11 e a poupança, ao contrário, têm custo, que corresponde à taxa de juros paga pela instituição financeira ao aplicador;
- (ii) Do porte da instituição financeira: em geral, instituições financeiras de maior porte captam a taxas menores e vice-versa;
- (iii) Da conjuntura macroeconômica: a taxa de captação aumenta ou diminui dependendo das expectativas de mercado a respeito da Taxa Básica de Juros (Selic), por exemplo;
- (iv) Da linha de crédito a ser emprestada: no crédito direcionado, em geral, a captação de recursos é regulamentada e seu custo está associado a critérios previamente estabelecidos.

Após a compreensão da definição de *spread* bancário e conseqüentemente, quais são os fatores que impactam na decisão dos bancos sobre a escolha das taxas de aplicação e captação, o próximo passo é demonstrar como é realizada a mensuração, de forma contábil, destas duas taxas e, conseqüentemente, do *spread* bancário nacional.

#### 1.1.1. Dois métodos contábeis de mensurar o *spread* bancário: *spread ex-ante* e *ex-post*

Há duas metodologias utilizadas para mensurar o *spread* bancário de forma contábil. Resultando-se no cálculo do *spread ex ante* ou *spread ex post*. A diferença entre as duas metodologias é referente a origem da informação.

O *spread ex ante* é mensurado a partir das decisões e precificação das taxas de captação e empréstimos, por parte das instituições bancárias, refletindo, portanto, *suas expectativas em relação à demanda, à inadimplência, à concorrência, entre outras variáveis* (Leal, 2007). Deste modo, o *spread ex-ante, por refletir as expectativas das instituições financeiras no momento da concessão do crédito, incorpora os efeitos de alterações no cenário macroeconômico de forma mais rápida, respondendo ao risco percebido imediatamente, o que deve se traduzir em uma maior volatilidade da medida* (Dantas, Medeiros e Capelleito, 2012).

Já o *spread ex post* é apurado em razão das receitas efetivamente geradas pelas operações de crédito e dos custos de captação dos recursos empregados, o que traduz o resultado da intermediação financeira (Leal, 2007). Com isto, o *spread ex post* tende a apresentar um comportamento mais estável, tendo em vista que *mudanças nas expectativas de mercado não repercutem de forma imediata e completa, considerando que ele apura não as expectativas, mas o efetivo resultado da intermediação financeira, medindo as ações já tomadas anteriormente e o estoque da carteira* (Dantas, Medeiros e Capelleito, 2012).

Por fim, Dantas, Medeiros e Capelleito, (2012) resumem as vantagens de se utilizar a contabilização *ex post* do *spread* bancário:

No caso do *spread ex post*, apurado com base nos dados contábeis públicos, (...), são consideradas todas as operações de crédito, até pelo fato de que as informações divulgadas são agregadas. Uma avaliação *ex post* analítica por operação pressupõe a possibilidade de acesso a informações gerenciais, o que só é possível em situações especiais, como em Fipecafi (2004), elaborado por solicitação da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) com o objetivo de apurar a estrutura do *spread* no Brasil, o que



facilitou o acesso a dados de uso específico da administração das instituições financeiras.

Segundo Demirgüç-Kunt e Huizinga (1999), o *spread ex post* é mais apropriado para comparações internacionais, em razão da consistência dos dados.

Percebe-se, então, que a escolha da medida depende essencialmente dos propósitos do estudo e das limitações estabelecidas (Dantas, Medeiros e Capelleito, 2012).

Assim, no caso desta monografia, será utilizada a mensuração do *spread ex post* devido à grande disponibilidade de dados pelo Banco Central.

### 1.1.2. Evolução do *spread* bancário brasileiro

A evolução do *spread* bancário brasileiro foi dividida em três intervalos de tempo que relacionam o desempenho da economia nacional e internacional com a trajetória das taxas médias anuais do *spread* brasileiro:

- 1994/2003: Criação do Plano Real em 1994, passando pela instauração do Regime de Metas de Inflação (1999) e a publicação do projeto “Juros e *Spread* Bancário no Brasil” pelo Banco Central em 1999;
- 2004/2011: Período marcado por um bom desempenho econômico nacional, apesar da ocorrência da Crise de *Sub Prime* americana em 2009;
- 2012/2018: Mudança na política econômica com o intuito de abaixar o *spread* em 2012 e a Crise brasileira de 2013.

A ideia de se analisar o *spread* nacional a partir de 1994 é porque havia uma expectativa de que o *spread* bancário nacional diminuísse em virtude da instauração do Plano Real. Com isto, destaca Soares (2001):

Esperava-se, desde o início do Plano Real, em julho de 1994, que o novo ambiente de estabilização de preços trouxesse modificações consideráveis para o sistema financeiro brasileiro, uma vez que, com a estabilização da economia, todas as instituições perderiam as receitas de *floating*, ou, em outras palavras, deixariam de ganhar com a inflação. Como o ganho inflacionário do setor financeiro era obtido

principalmente nos depósitos à vista, a estrutura operacional dessas instituições estava montada para maximizar a captação de depósitos. Os bancos, ao perderem a vantagem financeira proporcionada pelos depósitos, teriam de reduzir a estrutura de captação e adaptar a estratégia operacional para recompor a perda de lucratividade. Vários autores consideravam que, após a mudança no cenário econômico, a lucratividade dos bancos deixaria de depender da captação de depósitos e passaria a depender do crescimento das operações de crédito. O pensamento dominante era o de que o processo de ajustamento dos bancos desencadearia a expansão das operações de crédito.

Logo, após a implantação do Plano Real em 1994, a trajetória do *spread* bancário brasileiro seguiu a seguinte trajetória, de acordo com Oreiro et. al. (2006):

(...) sobre o comportamento do *spread* bancário no Brasil é que o mesmo apresentou uma nítida tendência de queda até início do ano 2000. (...) o *spread* médio cobrado pelos bancos brasileiros alcançou um valor máximo de 150% ao ano no início de 1995, em razão das medidas de política monetária fortemente contracionistas implementadas pelo BCB no período após a implementação do Plano Real, reduzindo de forma significativa no decorrer de 1996, em virtude de um relaxamento das medidas de arrocho monetário e uma diminuição da desconfiança dos agentes em relação ao processo de contágio da crise mexicana, até atingir o patamar de aproximadamente 40% ao ano no início de 2000. Cabe ressaltar que ele se manteve nesses patamares – ainda elevadíssimos – desde então, inclusive com uma leve tendência ascendente a partir de meados de 2001.

Oliveira (2004) adiciona:

1) os *spreads* bancários caíram vertiginosamente desde a implantação do Plano Real, porém ainda permanecem em níveis muito elevados; 2) os recolhimentos compulsórios sobre as operações ativas dos bancos no período logo após o Plano Real foram determinantes para os elevadíssimos níveis alcançados pelos *spreads* bancários (...); 3) em geral, os *spreads* cobrados nas operações com pessoas físicas são bem superiores aos praticados com empresas; 4) as margens cobradas nas operações de empréstimos são bastantes suscetíveis a mudanças do cenário macroeconômico, sejam elas provenientes de choques externos ou domésticos; e 5) descontada a trajetória do *spread* bancário antes de outubro de 1999, a queda observada mostra-se bem menos pronunciada, mas ainda assim significativa.

Em 1999, ocorreram duas situações que alteraram os níveis dos *spreads* bancário brasileiro. A primeira situação foi a adoção da política econômica “Plano de Metas de Inflação” em junho. Segundo o Banco Central, esta política consiste na própria atuação do Banco Central, mantendo a inflação efetiva dentro de uma meta pré-estabelecida. Nesse sistema, a meta de inflação é publicada e funciona como uma âncora para as expectativas dos agentes sobre a

inflação futura, permitindo que os desvios da inflação em relação à meta sejam corrigidos ao longo do tempo.

Esta política permitiu que houvesse uma inflação mais baixa, estável e previsível; fatores responsáveis por diminuir a incerteza na economia.

A segunda situação ocorreu em outubro quando o Banco Central instituiu o projeto “Juros e *Spread* Bancário no Brasil”, pois, mesmo após a implantação do Plano Real, o *spread* bancário continuava em patamares elevadíssimos, apesar da queda significativamente em relação aos anos anteriores.

Este projeto visou realizar um estudo que buscava entender o porquê do *spread* continuar elevado no país e, conseqüentemente, levantar possíveis medidas capazes de abaixá-lo. Desta maneira, o relatório do Banco Central trouxe uma decomposição contábil do *spread* médio dos dezessete maiores bancos brasileiros entre 1994 e 1999. Resultando, portanto, em uma estrutura formada por cinco componentes: (i) IR/CSLL: 11%; (ii) Impostos Indiretos (+CPMF): 14%; (iii) Lucro dos Bancos: 18%; (iv) Custos Administrativos: 22%; e (v) Inadimplência: 35%.

Percebe-se que a mensuração realizada pelo Banco Central não é capaz de agregar todas as variáveis que impactam na elevação do *spread*, como o caso da inflação. Por isto, é necessária uma análise de tanto dos componentes quanto dos determinantes do *spread* bancário nacional, assuntos que serão tratados nos Capítulos 2 e 3, respectivamente.

Continuando, a evolução do *spread* bancário brasileiro durante o século XXI pode ser acompanhada a partir da Tabela 1 abaixo. Os dados foram extraídos do histórico de estatística das Notas econômicas-financeiras disponíveis pelo Banco Central.

Vale ressaltar que entre 2000 e 2002, o Banco Central disponibilizou apenas informações sobre o *spread* bancário aplicado sobre os recursos livres. Somente a partir de 2003 que foram agregados os recursos livres e direcionados a fim de estabelecer um cálculo do *spread* geral.

Os créditos viabilizados pelas instituições financeiras são divididos entre o tipo de recurso, podendo ser livre ou direcionado. A qualificação livre refere-se às modalidades de crédito nas quais *o custo financeiro é livremente pactuado entre bancos e tomadores. (...) o*

*crédito direcionado, caracterizado por aquelas modalidades em que a taxa máxima ao tomador é estipulada por alguma autoridade reguladora* (AFONSO, KOHLER e FREITAS, 2009, p. 6)

Tal diferenciação entre o tipo de recuso (livre ou direcionado) será aprofundada no próximo subcapítulo acerca do sistema de crédito nacional.

Dito isto, nos três primeiros anos dos anos 2000, os *spreads* aplicados sobre os recursos livres apresentaram as seguintes médias anuais: 2000 (38,9% - média de junho a dezembro); 2001 (39,3%); 2002 (30,0%).

Tabela 1 – Comportamento do *spread* bancário (em %) entre 2003 e 2018

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
jan.	31,7	29,8	27,9	29,5	27,4	25,7	30,5	25,1	25,6	15,2	12,2	11,8	16,0	20,1	23,9	19,8
fev.	31,8	29,4	27,6	30,0	27,2	26,0	29,7	24,4	26,1	15,6	12,0	12,3	16,7	20,9	23,9	20,4
mar.	33,2	29,5	27,7	30,0	26,5	25,4	28,5	24,0	26,8	15,3	11,7	12,3	16,4	21,7	23,8	20,1
abr.	33,6	29,0	27,7	29,7	26,4	25,0	28,2	23,8	27,7	14,8	11,7	12,5	17,1	22,5	22,2	19,7
mai.	33,7	27,2	28,4	28,5	26,0	24,5	28,1	24,0	27,9	13,7	11,2	12,8	17,4	22,8	21,5	18,5
jun.	33,2	27,0	28,1	28,0	25,8	24,5	27,2	23,5	27,3	12,8	10,9	12,7	17,7	22,6	20,9	17,7
jul.	32,4	27,2	28,2	27,5	25,1	25,6	26,8	24,3	27,4	13,0	11,4	13,1	18,4	23,1	21,3	17,8
ago.	31,3	27,5	28,5	27,5	24,7	26,2	26,3	24,3	27,8	12,7	11,3	12,7	18,8	23,3	21,0	17,6
set.	30,5	27,7	29,4	27,8	24,6	26,4	26,0	24,1	28,1	12,6	11,3	12,7	18,5	23,5	20,0	17,3
out.	30,5	27,7	29,8	28,0	24,4	28,3	26,0	24,4	28,9	12,4	11,6	12,8	19,5	24,0	20,6	17,9
nov.	30,4	27,3	29,4	27,9	23,5	30,2	25,1	23,6	28,2	12,3	11,5	12,6	19,4	23,6	20,0	18,1
dez.	30,0	26,8	28,8	27,2	22,3	30,7	24,4	23,5	14,3	11,5	11,1	12,1	18,6	22,7	18,9	17,0
Média Ano	31,9	28,0	28,5	28,5	25,3	26,5	27,2	24,1	26,3	13,5	11,5	12,5	17,9	22,6	21,5	18,5

Fonte: Banco Central do Brasil – elaboração própria

Entre 2003 e 2010 (período governado pelo Presidente Lula), foi observado que o *spread* se manteve elevado (mas em menores níveis do que nos anos anteriores) e com uma certa estabilidade. Mais precisamente, entre 2004 e 2006, o *spread* médio ficou em torno dos 28,3%. E, durante 2007 e 2010, o custo de intermediação financeira reduziu levemente, atingindo a marca de 25,3% na média anual de 2007, mas voltou a subir nos dois anos seguintes, fechando em 27,2% na média anual de 2009, ano posterior ao início da Crise Americana de *Sub Prime*. Entretanto, nota-se que em 2010, o *spread* voltou a cair, fechando o último ano do governo Lula em uma média de 24,1%.

A partir de 2011, com a eleição da Presidente Dilma, inicia-se um período de expressiva redução do *spread* bancário, reduzindo-o para 13,5% na média de 2012 e abaixando-

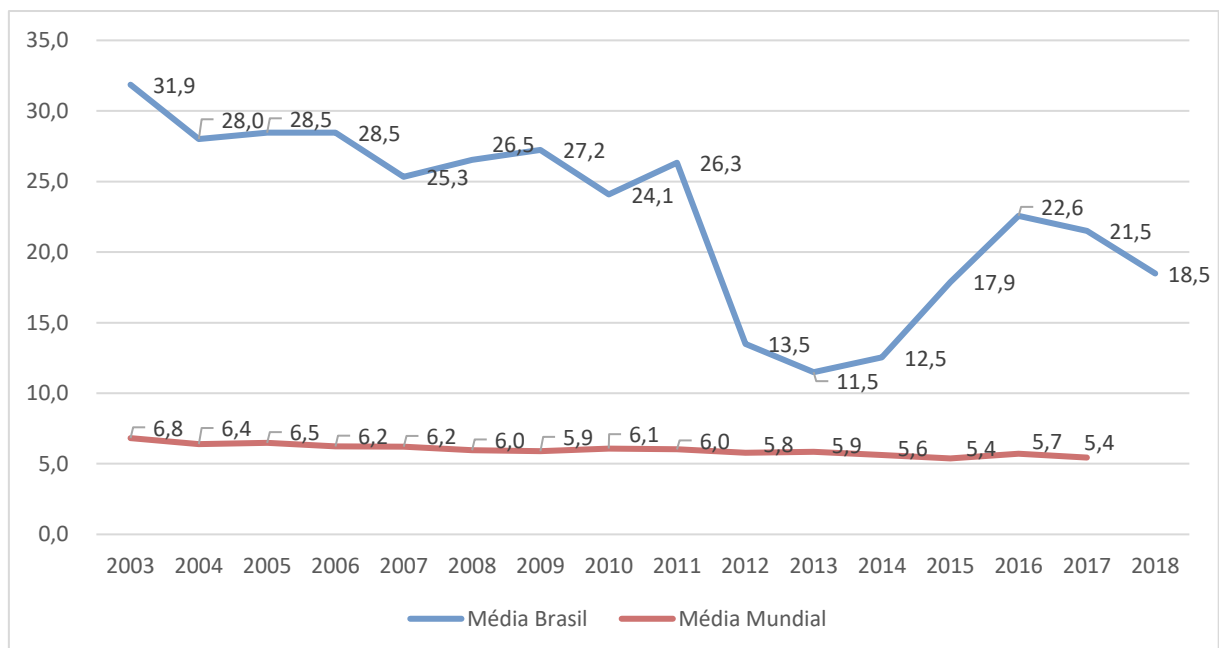
o, novamente, em 2013, para 11,5%, nível mais baixo apresentado desde a criação do Plano Real.

Esta queda significativa é explicada pela própria condução da política macroeconômica de Dilma que visou, exatamente, abaixar o *spread* bancário para aumentar os investimentos produtivos no país. A política de Dilma consistiu no corte da taxa básica de juros Selic (mais um determinante do *spread* que será trabalhado mais a frente) e das taxas de aplicação dos bancos públicos a fim de forçar os demais bancos a reduzirem, também, suas taxas, a fim de se manterem competitivas no mercado de crédito. Contudo, estas políticas resultaram em problemas para financiar o déficit público, implicando na ocorrência da Crise Brasileira de 2014 e no impeachment da Presidente em agosto de 2016.

Desta maneira, assumiu Michel Temer que se manteve no poder até 2018. Em seu governo, observou-se que os *spreads* elevaram, mas com uma trajetória de queda entre os anos de 2016 e 2018. Estas taxas indicam a situação econômica brasileira no período, que permanecia fragilizada com um alto nível de desemprego e baixo crescimento do PIB.

O Gráfico 1 abaixo destaca esta evolução do *spread* bancário nacional e, também, a evolução do *spread* médio mundial durante o período de 2003 a 2017. Com isto, nota-se o comportamento do *spread* nacional e o quão elevado é a taxa brasileira em comparação com o resto do mundo.

Gráfico 1 - Evolução dos *spreads* bancários brasileiro e mundial (em %)

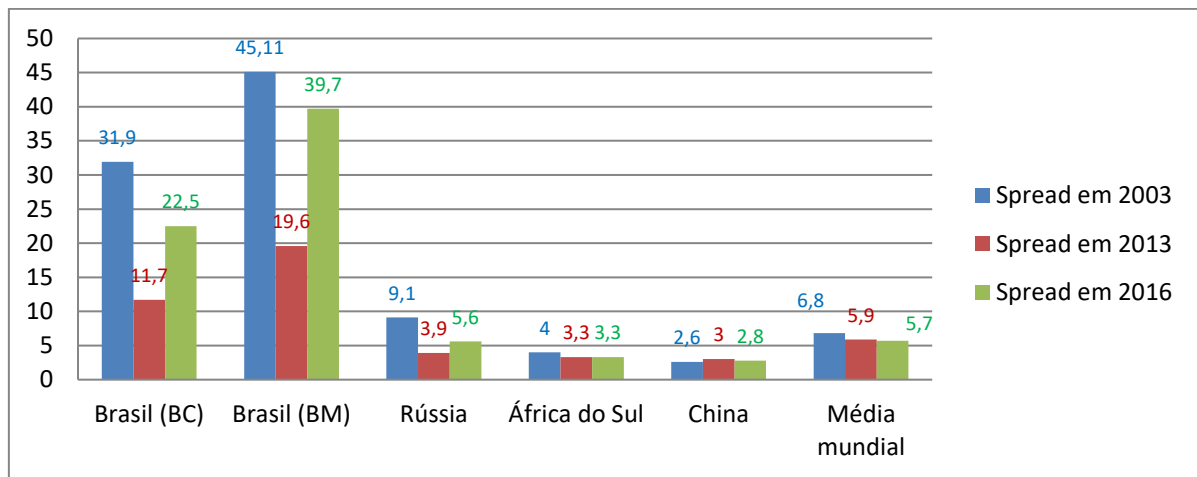


Fonte: Banco Central e Banco Mundial

É evidente a grande diferença entre o *spread* bancário aplicado no Brasil e a *spread* aplicado na média mundial.

Para aprofundar a diferença entre o *spread* bancário brasileiro com o resto do mundo, serão realizadas duas comparações: A primeira envolvendo o Brasil e o grupo dos principais países emergentes, mais especificamente, com países pertencentes ao BRICS, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Já a segunda, envolvendo o Brasil e algumas das economias mais desenvolvidas do planeta.

Gráfico 2 – *Spread* bancário dos países emergentes em 2003, 2013 e 2016 (em %)



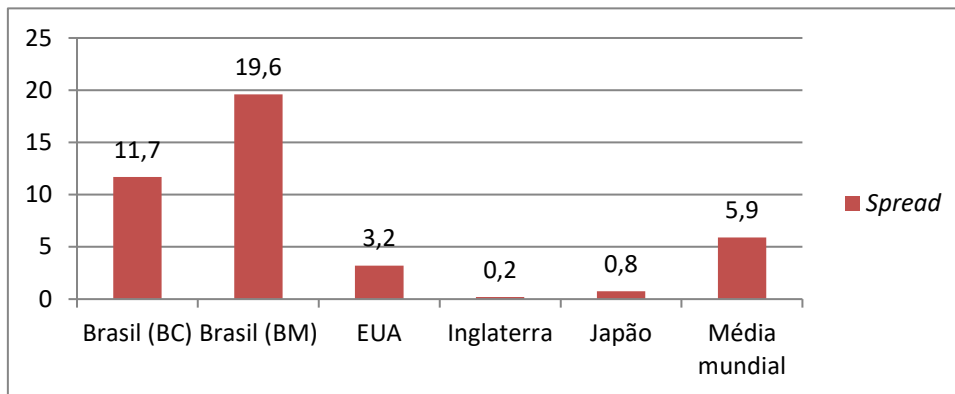
Fonte: Banco Central do Brasil e FMI (*International Financial Statistics*) – elaboração própria

Primeiramente, ressalva-se que o Banco Mundial (BM) utilizou as taxas do *spread* médio brasileiro aplicado sobre os recursos livres. Por isto, os dados foram superiores aos calculados na Tabela 1.

Também, é importante destacar a exclusão da Índia neste quadro comparativo, devido à indisponibilidade dos dados deste país pelo FMI.

Sobre os anos escolhidos para fazer parte deste primeiro quadro comparativo, destacou-se o ano de 2003 que foi o período anterior ao Brasil entrar em um processo de estabilidade e crescimento econômico; 2013 quando foram observadas as menores taxas de *spread* na história brasileira; e o auge da Crise Brasileira em 2016.

Em relação aos dados observados, nota-se uma diferença significativa, até mesmo no ano de 2013 quando o Brasil alcançou seus menores níveis do *spread*, sendo que esta diferença é mais significativa ao se comparar com os países desenvolvidos.

Gráfico 3 – *Spread* bancário brasileiro e de países desenvolvidos em 2013 (em %)

Fonte: FMI (*International Financial Statistics*) – elaboração própria

A partir destes dois quadros comparativos, não há dúvidas de que o *spread* bancário é extremamente elevado quando comparado com o resto do mundo.

Logo, o próximo passo é entender como essa elevada taxa impacta negativamente no desenvolvimento da economia nacional. Para tal, deve-se compreender como funciona o mercado de crédito no país.

## 1.2. SISTEMA CREDIÁRIO NACIONAL

Tendo entendido a definição, a forma de mensuração contábil e a evolução do *spread* bancário brasileiro durante os anos de 1994 a 2018, deve-se esclarecer como funciona o mercado de crédito no Brasil, a fim de compreender como um elevado *spread* impacta negativamente o setor financeiro da economia.

Os bancos disponibilizam seus créditos fazendo uma distinção entre o tipo de recurso (créditos livres ou direcionados) – já mencionado anteriormente – e, também, entre o perfil do tomador (pessoa física ou jurídica).

*Os recursos livres funcionam segundo as regras de mercado, em que taxas e volumes são estabelecidos com base na oferta e na demanda por crédito* (FEBRABAN, 2018, p. 32). Já os recursos direcionados são os empréstimos concedidos a partir de operações subsidiadas, sendo feitas de acordo com condições preestabelecidas pelos reguladores e direcionadas a setores ou atividades específicas.

Como destaca o relatório publicado pelo Banco Central, “Bancos Oficiais e Crédito Direcionado – O que diferencia o mercado de crédito brasileiro?” (2011), *os créditos direcionados são importantes para os investimentos de longo prazo, devido ao fato das empresas encontrarem taxas elevadas no momento de investirem no Brasil. Esses créditos direcionados são os recursos que abrangem as operações diretas e repasses do BNDES, e as aplicações obrigatórias de todos os bancos em crédito rural e habitacional, segmentos liderados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (Bancos Oficiais e Crédito Direcionado – O que diferencia o mercado de crédito brasileiro?”, 2011, p. 8).*

É de suma importância ressaltar que há uma discussão envolvendo o impacto dos créditos direcionados sobre a elevação do *spread* total. Segundo a Febraban (2018) os créditos direcionados serviriam *para suprir uma espécie de falha de mercado, por meio da oferta de crédito para segmentos que, em razão de seu alto risco, não seriam contemplados pelo mercado livre de créditos, ou, se fossem, eles o seriam a taxas de juros muito elevadas.*

No entanto, esse mecanismo que parecia ser a solução, se transformou em problema, tendo os *créditos direcionados impactando negativamente no mercado, gerando distorções que encarecem o custo do dinheiro no segmento livre (FEBRABAN, 2018, p. 33).*

Por fim, ressalta a FEBRABAN (2018):

O fato é que, assim como os bancos públicos, que seguem uma política do governo, os bancos privados não podem deixar de ofertar o crédito direcionado, sob pena de não atenderem parte de seus clientes. Em muitos casos, essas linhas de crédito, por envolverem subsídios, impõem aos bancos repassadores controles específicos que aumentam os custos operacionais. Na prática, cria-se um mecanismo de subsídio cruzado, ou seja, cobra-se mais de uma operação com crédito livre para compensar a outra no crédito direcionado, com *spreads* controlados.

Contudo, ao analisar o impacto do crédito direcionado sobre o *spread* total, nota-se que o *spread* total (destacado na Tabela 1) é composto, basicamente, pelo *spread* aplicado aos recursos livres. De acordo com Fiesp (2017), em 2016, *o spread do crédito livre respondeu por cerca de 82,0% da taxa total de spread e o crédito direcionado, por apenas 18,0%.*

Desta maneira, não se explica a afirmação de que *o fim do crédito direcionado produziria um grande efeito sobre o spread total, já que menos de 20% do total se explica pelo direcionado (FIESP, 2017).*



Em relação ao perfil do tomador, existe a distinção dos empréstimos disponibilizados às pessoas físicas (PF), que correspondem às famílias, de modo geral, e as pessoas jurídicas (PJ), correspondentes às empresas.

Portanto, os *spreads* sobre o perfil de tomador também serão diferentes do mesmo modo em que ocorre com o tipo de recurso. Para facilitar o entendimento desta diferenciação, destaca-se a Tabela 2 abaixo referente ao cálculo do *spread* separado pelo perfil do tomador no ano de 2016.

Tabela 2 - Taxas de juros e *spread* separados pelo perfil do tomador

2016	Taxa de aplicação (% a.a.)			Taxa de Captação (% a.a.)			<i>Spread</i> (p.p)		
	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total
JAN	22,5	39,6	31,4	11,1	11,4	11,3	11,4	28,2	20,1
FEV	22,6	40,2	31,9	10,9	11,0	11,0	11,7	29,2	20,9
MAR	22,2	41,0	32,1	10,3	10,6	10,4	11,9	30,4	21,7
ABR	22,0	41,8	32,6	10,1	10,1	10,1	11,9	31,7	22,5
MAI	21,6	42,2	32,7	9,8	10,0	9,9	11,8	32,2	22,8
JUN	21,5	41,9	32,5	9,8	10,0	9,9	11,7	31,9	22,6
JUL	22,1	42,1	33,0	9,7	10,0	9,9	12,4	32,1	23,1
AGO	22,0	42,2	33,0	9,7	9,8	9,7	12,3	32,4	23,3
SET	21,3	42,9	33,1	9,5	9,7	9,6	11,8	33,2	23,5
OUT	21,6	43,1	33,4	9,4	9,4	9,4	12,2	33,7	24,0
NOV	21,0	43,2	33,2	9,5	9,6	9,6	11,5	33,6	23,6
DEZ	20,1	42,0	32,2	9,3	9,6	9,5	10,8	32,4	22,7
ANO	21,7	41,9	32,6	9,9	10,1	10,0	11,8	31,8	22,6

Fonte: Banco Central do Brasil

A principal justificativa para essa diferença nos *spreads* entre o perfil de tomador é devido à inadimplência ser mais elevada entre as pessoas físicas do que as jurídicas.

Após ter compreendido a fórmula usada para se calcular os *spreads* e como eles variam dependendo do tipo de recurso e perfil de tomador, a próxima etapa é ressaltar o total de crédito concedidos no Brasil, especificamente durante o período estudado de 2000 a 2018.

### 1.2.1. Evolução dos créditos no Brasil entre 2000 a 2018

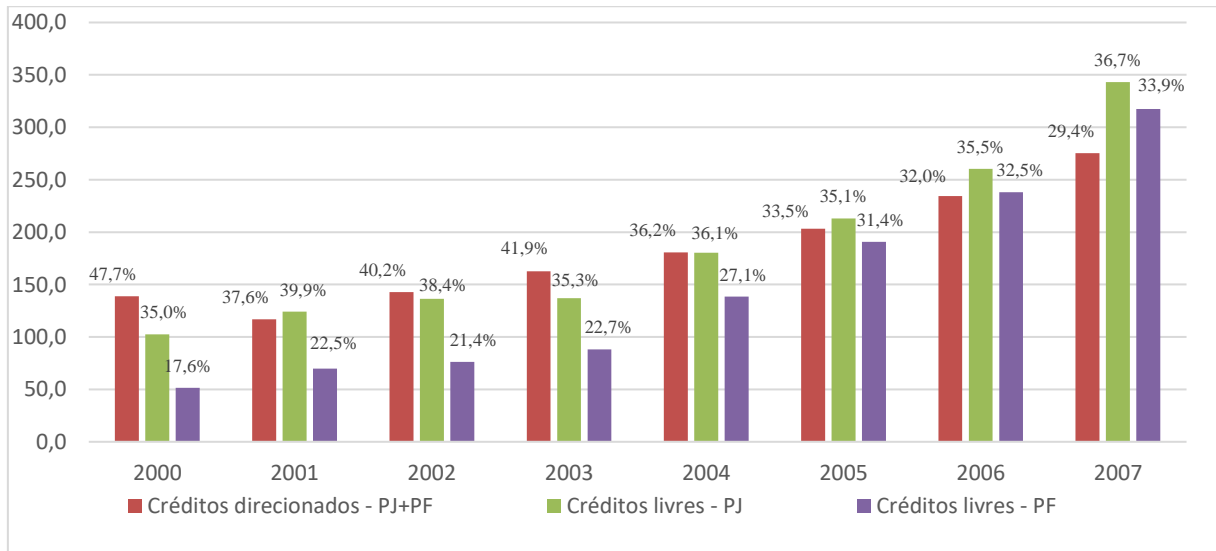
A metodologia utilizada pelo Banco Central na diferenciação de pessoa jurídica e pessoa física dos recursos direcionados só começou a ser realizada a partir de 2008. Logo, o estudo sobre a disponibilidade dos créditos entre tomadores e o tipo de recurso será dividido em dois períodos, com o ano de 2008 como ponto de inflexão.

Tabela 3 – Disponibilidade dos créditos no Brasil entre 2000 e 2007 (em R\$ bilhões)

Ano	Créditos Direcionados		Créditos Livres				Total de Créditos	Variação anual do total de créditos
	PJ + PF	% total	PJ	% total	PF	% total		
2000	138,8	47,4%	102,6	35,0%	51,4	17,6%	292,8	-
2001	116,9	37,6%	124,2	39,9%	69,9	22,5%	311,0	6,2%
2002	142,9	40,2%	136,3	38,4%	76,1	21,4%	355,3	14,2%
2003	162,5	41,9%	137,0	35,3%	88,2	22,7%	387,7	9,1%
2004	180,8	36,2%	180,3	36,1%	138,5	27,7%	499,6	28,9%
2005	203,2	33,5%	213,1	35,1%	190,7	31,4%	607,0	21,5%
2006	234,4	32,0%	260,3	35,5%	238,0	32,5%	732,6	20,7%
2007	275,2	29,4%	343,2	36,7%	317,6	33,9%	936,0	27,8%

Fonte: Saldos – Banco Central do Brasil

Gráfico 4 – Composição dos créditos separados por tipo de recurso e perfil de tomador no Brasil entre 2000 e 2007



Fonte: Banco Central do Brasil

Analisando este período, percebe-se que houve uma evolução gradual do saldo total dos empréstimos. Em valores reais, observa-se que em 2000, o saldo total dos créditos somava R\$ 292,8 bilhões, enquanto que em 2007, o saldo total foi de R\$ 936,0 bilhões, registrando um aumento de 219,7%.

Agora, ao se analisar a composição dos créditos por tipo de recurso, nota-se que os recursos destinados aos créditos livres compuseram a maior parte dos empréstimos, sendo que a participação dos créditos livres em relação ao total foi aumentando a partir de 2003, principalmente para as pessoas físicas.

De maneira clara, a composição dos créditos em 2003 foi: créditos direcionados (PJ + PF) foram 41,9% do total do saldo, enquanto que os créditos livres (PJ + PF) representavam 57,9%, sendo 35,2% para PJ e 21,4% para PF.

Já em 2007, a participação dos créditos direcionados caiu para 29,4% contra 68,0% dos créditos livres (35,5% para PJ e 32,5% para PF). Por fim, analisando mais ao fundo a evolução dos créditos livres entre o perfil de tomador, evidenciou-se um aumento, de forma gradual ao longo de todo período, na participação dos empréstimos destinados as pessoas físicas.

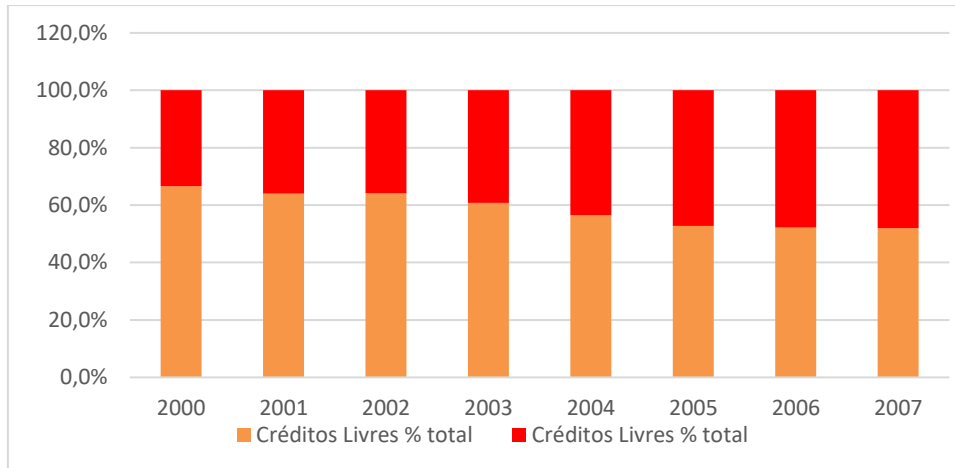
A partir da Tabela 4 e Gráfico 5, nota-se que os créditos livres destinados as pessoas físicas apresentaram uma trajetória crescente durante todo período de 2002 a 2007. Fato que evidencia o estímulo do governo ao aumento do consumo da população.

Tabela 4 – Evolução dos créditos livres destinados às famílias e empresas entre 2000 e 2007

Ano	Créditos Livres (R\$ bilhões)				Total de Créditos Livres
	PJ	% total	PF	% total	
2000	102,6	66,6%	51,4	33,4%	154,0
2001	124,2	64,0%	69,9	36,0%	194,1
2002	136,3	64,2%	76,1	35,8%	212,4
2003	137,0	60,8%	88,2	39,2%	225,2
2004	180,3	56,6%	138,5	43,4%	318,8
2005	213,1	52,8%	190,7	47,2%	403,8
2006	260,3	52,2%	238,0	47,8%	498,3
2007	343,2	51,9%	317,6	48,1%	660,8

Fonte: Banco Central do Brasil – elaboração própria

Gráfico 5 – Distribuição dos créditos livres entre PJ e PF



Fonte: Banco Central do Brasil – elaboração própria

Seguindo o estudo, o próximo período a ser desmembrado é o compreendido entre 2008 e 2018.

Do mesmo modo que foi realizado com o período anterior, será realizada, inicialmente, uma tabela contendo a composição dos créditos separados entre o tipo de recurso e perfil do tomador.

Tabela 5 – Disponibilidade de créditos entre 2008 e 2018

Ano	Créditos Direcionados (R\$ bilhões)				Créditos Livres (R\$ bilhões)				Total de Créditos (R\$ bilhões)	Variação anual do total de créditos
	PJ	% total	PF	% total	PJ	% total	PF	% total		
2008	218,1	17,8%	138,1	11,3%	476,9	38,9%	394,3	32,1%	1227,3	31,1%
2009	293,7	20,8%	166,1	11,7%	484,7	34,3%	469,9	33,2%	1414,3	15,2%
2010	371,5	21,8%	218,3	12,8%	556	32,6%	560	32,8%	1705,8	20,6%
2011	509,1	25,0%	292,7	14,4%	603,8	29,7%	628,4	30,9%	2034	19,2%
2012	586	24,7%	383,2	16,2%	706,5	29,8%	692,6	29,2%	2368,3	16,4%
2013	700,9	25,8%	506	18,6%	763,3	28,1%	745,2	27,4%	2715,4	14,7%
2014	812	26,9%	629,3	20,9%	793,4	26,3%	782,8	25,9%	3017,5	11,1%
2015	875,3	27,2%	706,9	22,0%	832	25,8%	805,3	25,0%	3219,4	6,7%
2016	797,7	25,7%	751,8	24,2%	747,1	24,1%	808,8	26,0%	3105,5	-3,5%
2017	708,8	22,9%	798	25,8%	733,2	23,7%	851,5	27,5%	3091,5	-0,5%
2018	651,3	20,0%	848,6	26,0%	813,7	25,0%	944,1	29,0%	3257,7	5,4%

Fonte: Banco do Brasil – elaboração própria

O principal ponto de destaque da Tabela 5 é referente a evolução dos créditos totais. Os créditos aumentaram ao longo do período, tendo esta trajetória interrompida pelo início da Crise Brasileira em 2015, fazendo retrair o saldo dos créditos nos dois anos posteriores. Apenas em 2018 que os créditos voltaram a subir e fecharam em valores superiores ao encontrado em 2015.

Mais precisamente, nota-se que os créditos totais passaram de um saldo de R\$ 1.227,3 bilhões em 2008 para R\$ 3.257,7 bilhões após dez anos, representando um avanço de 165,4%.

Para melhor compreensão da evolução dos créditos entre o tipo de recurso e perfil de tomador, a Tabela 5 foi dividida em duas novas tabelas.

Tabela 6 – Disponibilidade dos créditos separados pelo tipo de recurso entre 2008 e 2018

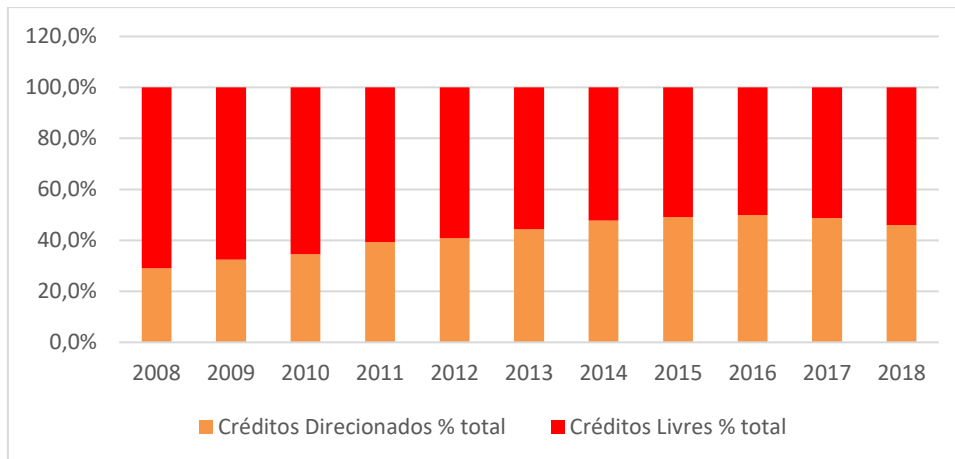
Ano	Créditos Direcionados			Créditos Livres			TOTAL
	Saldo (R\$ bilhões)	Var. anual	% total	Saldo (R\$ bilhões)	Var. anual	% total	
2008	356,2	29,4%	29,0%	871,2	31,8%	71,0%	1227,4
2009	459,8	29,1%	32,5%	954,6	9,6%	67,5%	1414,4
2010	589,8	28,3%	34,6%	1116	16,9%	65,4%	1705,8
2011	801,8	35,9%	39,4%	1232,2	10,4%	60,6%	2034
2012	969,2	20,9%	40,9%	1399,1	13,5%	59,1%	2368,3
2013	1206,9	24,5%	44,4%	1508,5	7,8%	55,6%	2715,4
2014	1441,3	19,4%	47,8%	1576,2	4,5%	52,2%	3017,5
2015	1582,2	9,8%	49,1%	1637,3	3,9%	50,9%	3219,5
2016	1549,5	-2,1%	49,9%	1555,9	-5,0%	50,1%	3105,4
2017	1506,8	-2,8%	48,7%	1584,7	1,9%	51,3%	3091,5
2018	1499,9	-0,5%	46,0%	1757,8	10,9%	54,0%	3257,7

Fonte: Banco Central do Brasil – elaboração própria

Com base na Tabela 6, percebe-se que, assim como no período anterior, a maior parcela dos créditos concedidos foi formada, principalmente por créditos livres, que totalizaram R\$ 15.193,5 bilhões nos onze anos agregados, contra R\$ 11.963,4 bilhões dos créditos direcionados

Contudo, a participação referente aos créditos direcionados aumentou durante este período, como fica claro a partir do Gráfico 6 abaixo.

Gráfico 6 – Participação dos créditos direcionados e livres ao longo de 2008 a 2018



Fonte: Banco Central do Brasil – elaboração própria

A evolução da participação dos Créditos Direcionados a partir de 2008 está ligada a Crise de Subprime. A liquidez nos mercados e a disponibilidade de crédito no mundo, e em menor grau no *Brasil*, *retraíram devido aos efeitos da Crise. Assim, o governo brasileiro, através dos bancos públicos, preencheu esta lacuna com medidas contra cíclicas.*

Tabela 7 –Disponibilidade dos créditos separados pelo perfil o tomador entre 2008 e 2018

Ano	PJ			PF			TOTAL
	Saldo (R\$ bilhões)	Var. anual	% total	Saldo (R\$ bilhões)	Var. anual	% total	
2008	695,0	-	56,6%	532,4	-	43,4%	1227,4
2009	778,4	12,0%	55,0%	636,0	19,5%	45,0%	1414,4
2010	927,5	19,2%	54,4%	778,3	22,4%	45,6%	1705,8
2011	1112,9	20,0%	54,7%	921,1	18,3%	45,3%	2034
2012	1292,5	16,1%	54,6%	1075,8	16,8%	45,4%	2368,3
2013	1464,2	13,3%	53,9%	1251,2	16,3%	46,1%	2715,4
2014	1605,4	9,6%	53,2%	1412,1	12,9%	46,8%	3017,5
2015	1707,3	6,3%	53,0%	1512,2	7,1%	47,0%	3219,5
2016	1544,8	-9,5%	49,7%	1560,6	3,2%	50,3%	3105,4
2017	1442,0	-6,7%	46,6%	1649,5	5,7%	53,4%	3091,5
2018	1465,0	1,6%	45,0%	1792,7	8,7%	55,0%	3257,7

Fonte: Banco Central – elaboração própria

No que tange os créditos separados pelo perfil do tomador, houve uma evolução positiva nos créditos destinados as famílias, durante todo período em análise. Já os créditos

destinados as empresas sofreram uma retração nos anos de 2016 e 2017, explicado pela incerteza gerada pela Crise Brasileira.

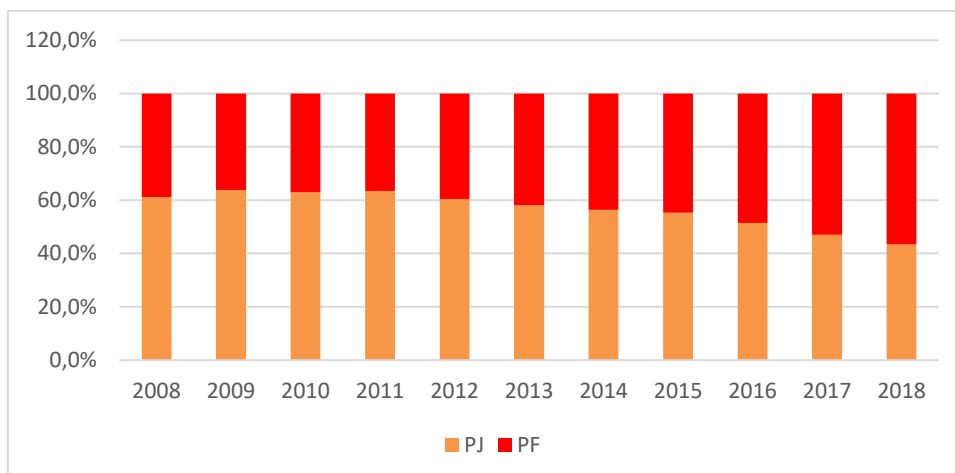
Para finalizar a análise acerca dos créditos neste período, é importante destacar o comportamento dos créditos separados por perfil de tomador dentro de cada tipo de recurso, ou seja, a ideia é entender o quanto de crédito direcionado e livre foi destinado às famílias e empresas, separadamente.

Tabela 8 – Porcentagem dos créditos direcionados destinados às empresas e famílias

Ano	Créditos Direcionados				TOTAL
	PJ	% total	PF	% total	
2008	218,1	61,2%	138,1	38,8%	356,2
2009	293,7	63,9%	166,1	36,1%	459,8
2010	371,5	63,0%	218,3	37,0%	589,8
2011	509,1	63,5%	292,7	36,5%	801,8
2012	586	60,5%	383,2	39,5%	969,2
2013	700,9	58,1%	506	41,9%	1206,9
2014	812	56,3%	629,3	43,7%	1441,3
2015	875,3	55,3%	706,9	44,7%	1582,2
2016	797,7	51,5%	751,8	48,5%	1549,5
2017	708,8	47,0%	798	53,0%	1506,8
2018	651,3	43,4%	848,6	56,6%	1499,9

Fonte: Banco Central do Brasil – elaboração própria

Gráfico 7 - Porcentagem dos créditos direcionados destinados às empresas e famílias



Fonte: Banco Central do Brasil – elaboração própria

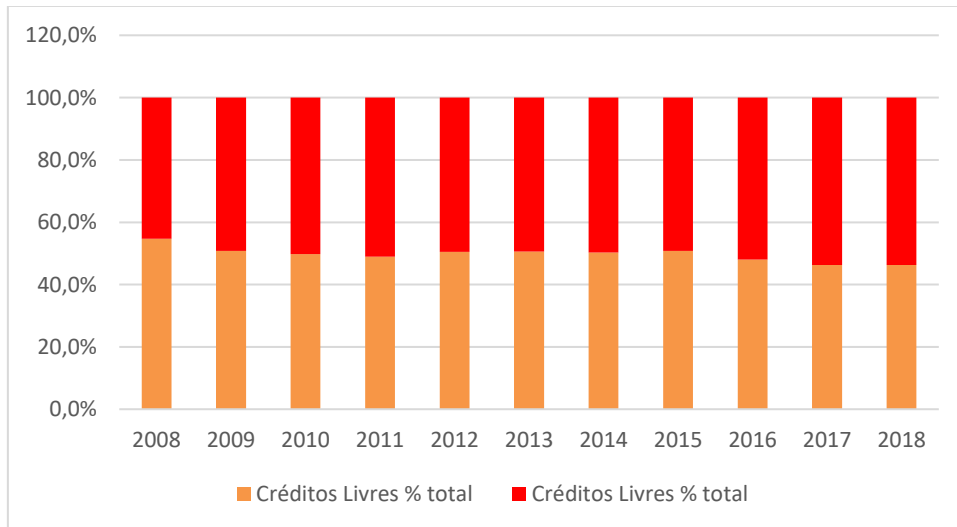
A partir destas informações, fica fácil perceber que os créditos direcionados destinados às famílias cresceram mais do que aqueles destinados as empresas.

Tabela 9 - Porcentagem dos créditos livres destinados às empresas e famílias

Ano	Créditos Livres				
	PJ	% total	PF	% total	TOTAL
2008	476,9	54,7%	394,3	45,3%	871,2
2009	484,7	34,3%	469,9	49,2%	954,6
2010	556	32,6%	560	50,2%	1116
2011	603,8	29,7%	628,4	51,0%	1232,2
2012	706,5	29,8%	692,6	49,5%	1399,1
2013	763,3	28,1%	745,2	49,4%	1508,5
2014	793,4	26,3%	782,8	49,7%	1576,2
2015	832	25,8%	805,3	49,2%	1637,3
2016	747,1	24,1%	808,8	52,0%	1555,9
2017	733,2	23,7%	851,5	53,7%	1584,7
2018	813,7	25,0%	944,1	53,7%	1757,8

Fonte: Banco Central do Brasil – elaboração própria

Gráfico 8 - Porcentagem dos créditos livres destinados às empresas e famílias



Fonte: Banco Central do Brasil – elaboração própria

No caso dos créditos livres, percebe que os créditos destinados às famílias também cresceram mais quando comparados com aqueles cedidos às empresas. Em valores absolutos, nota-se que em 2010 e 2011, as famílias receberam mais créditos do que as empresas, tendo este quadro invertido nos anos seguintes, até 2015, quando o quadro se inverteu novamente em 2016.



### 1.3. RELAÇÃO ENTRE *SPREAD* BANCÁRIO E CONCESSÃO DE CRÉDITOS

Ao analisar o mercado crediário, observou-se que houve um aumento gradual dos créditos totais de 2000 a 2018, menos nos anos de 2016 e 2017, devido à Crise Brasileira. Ao decompor os créditos entre o tipo de recurso e perfil de tomador, ficou evidente que os créditos livres sempre tiveram a maior participação dos créditos totais. Contudo, a partir de 2008, houve um aumento da parcela dos créditos direcionados, destinados, principalmente as empresas, o que reflete a ação anticíclica do Estado em estimular os investimentos em período marcado pela incerteza internacional derivada da Crise do *Sub Prime*

Este cenário refletiu no desenvolvimento do nível da atividade econômica nacional. Também, a maior parcela destinada aos créditos livres corroboram a hipótese de que os créditos direcionados não impactam, de forma tão significativa, o *spread* total.

Com isto, a partir do entendimento do *spread* bancário como um importante indicador da eficiência do setor financeiro, é possível estabelecer uma relação entre a evolução do *spread* bancário nacional e a concessão dos créditos.

Logo, para ilustrar tal questão, será analisada a relação de Crédito/PIB no país em contrapartida com o comportamento do *spread* bancário brasileiro.

Novamente, será utilizado as informações sobre os saldos totais dos créditos cedidos no país durante 2000 e 2018, acrescidos do PIB nominal de cada ano para calcular a relação Crédito/PIB brasileiro.

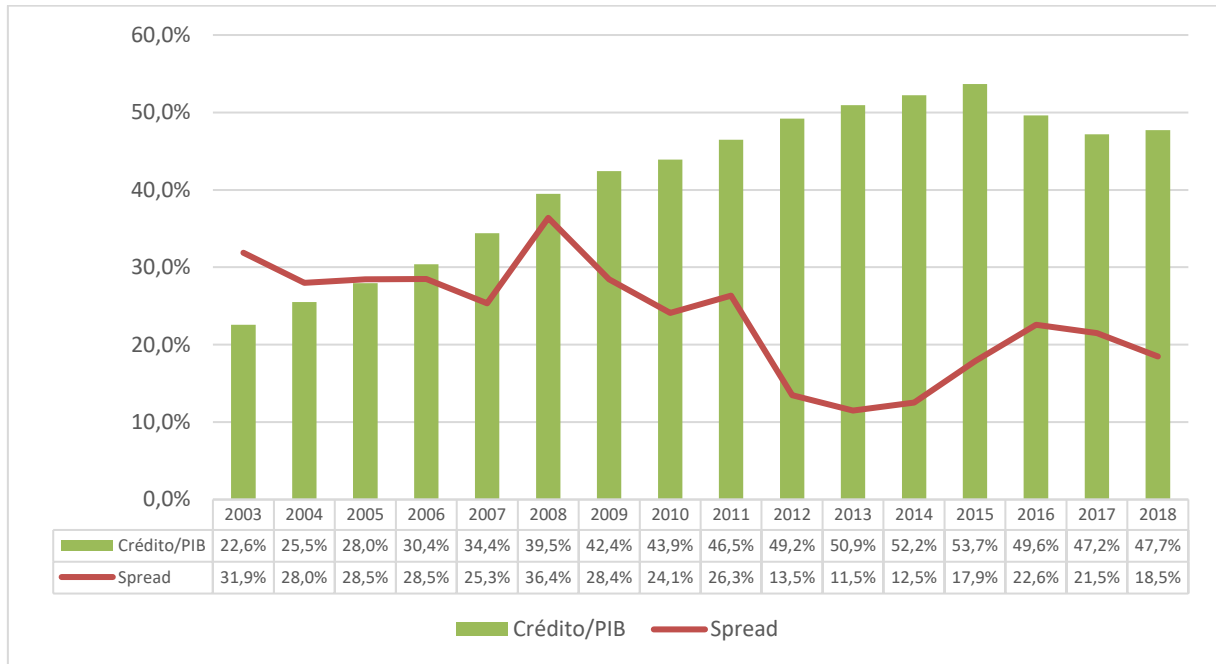
Tabela 10 - Relação de Crédito/PIB entre 2003 e 2018

ANO	<i>Spread</i>	Saldo dos créditos (R\$ bilhões)	PIB nominal	Crédito/PIB
2003	31,9%	387,7	1.717,95	22,6%
2004	28,0%	499,6	1.957,75	25,5%
2005	28,5%	607,0	2.170,58	28,0%
2006	28,5%	732,6	2.409,45	30,4%
2007	25,3%	936,0	2.720,26	34,4%
2008	36,4%	1227,3	3.109,80	39,5%
2009	28,4%	1414,3	3.333,04	42,4%
2010	24,1%	1705,8	3.885,85	43,9%
2011	26,3%	2034,0	4.376,38	46,5%
2012	13,5%	2368,3	4.814,76	49,2%
2013	11,5%	2715,4	5.331,62	50,9%
2014	12,5%	3017,5	5.778,95	52,2%

2015	17,9%	3219,4	6.000,57	53,7%
2016	22,6%	3105,5	6.259,29	49,6%
2017	21,5%	3091,5	6.553,84	47,2%
2018	18,5%	3257,7	6.827,59	47,7%

Fonte: Saldos: Banco Central do Brasil; PIB nominal: Banco Mundial – elaboração própria

Gráfico 9 - Relação Crédito/PIB x *Spread* bancário médio anual (em %)



Fonte: Banco Central do Brasil e Banco Mundial – elaboração própria

A partir da Tabela 10 e do Gráfico 9, observa-se que há indícios de uma relação entre a trajetória de queda do *spread* bancário nacional com o aumento da relação crédito/PIB. Durante o período de 2003 a 2015, observou-se que o *spread* passou de 31,9% para 17,9% nas médias anuais, implicando em uma redução de 24 pontos percentuais. Analogamente, a relação crédito/PIB passou de 22,6% em 2003 para 53,7% em 2015, ano que registrou a maior alta desta relação durante o período analisado.

Em 2013, quando o *spread* estava em seu menor nível (11,5%), a relação crédito/PIB foi de 50,9%.

O ano de 2008 apresentou uma elevação do *spread*, mas manteve a trajetória de alta dos investimentos, fato que ilustra as políticas anticíclicas do governo.

A trajetória de alta dos investimentos se encerrou em 2015, quando nos dois anos posteriores, houve uma retração nos créditos puxada pela Crise Brasileira. Do mesmo modo, o *spread* bancário também voltou a subir, fechando em uma média de 18,5% em 2018.

Logo, conclui-se que elevados *spreads* implicam em menores volumes de créditos disponibilizados, o que inibe o desenvolvimento econômico nacional por inviabilizar investimentos e restringir o consumo da população. Desta maneira, é importante debater o assunto relacionado a *spread* bancário a fim de levantar as possíveis hipóteses sobre o porquê do *spread* brasileiro ser tão elevado.

#### 1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste primeiro subcapítulo foi levantar as informações sobre a definição de *spread* bancário e como funciona o mercado de crédito no país.

Deste modo, *spread* bancário é definido como a diferença entre a taxa de aplicação e a taxa de captação das instituições financeiras.

A taxa de aplicação é a taxa de juros cobrada pelos bancos aos agentes que desejam créditos para realizarem seus investimentos ou consumo. Já a taxa de captação é a taxa de juros paga pelos bancos a fim de captar recursos para consolidarem suas operações, podendo ser o custo de manutenção e os recursos que serão disponibilizados como empréstimos.

Há duas metodologias de mensurar estas taxas e, portanto, duas formas de mensurar o *spread* bancário, tendo, assim, o *spread ex ante* e o *spread ex post*. A diferença entre eles é referente ao momento da observação dos dados. Assim, *spread ex ante* analisa a precificação das taxas de aplicação e captação, enquanto o *ex post* contabiliza o *spread* a partir destas duas taxas já consolidadas. Cada metodologia possui suas vantagens e desvantagens. Logo, como o Banco Central adota a mensuração *ex post* do *spread*, foi usada esta mesma metodologia para o desenvolvimento desta monografia.

A partir da evolução do *spread* bancário *ex-post* nacional de 1994 a 2018, compreendeu-se que houve um trabalho do governo e do Banco Central de forma contínua desde a criação do Plano Real para a reduzir o *spread*. Assim, para facilitar a análise sobre o comportamento do *spread* nacional, foram selecionados três intervalos de tempo.

O primeiro entre 1994 e 2003, quando o *spread* se manteve em níveis elevados mesmo após a adoção do Plano Real e do Plano de Metas de Inflação.

O segundo momento compreendendo o intervalo de 2003 e 2015, quando a economia brasileira apresentou um crescimento econômico, o que refletiu na queda do *spread* bancário. Contudo, deve destacar que a queda significativa do *spread* se deu após 2010, quando assumiu Dilma no governo e adotou políticas públicas voltadas especificamente para a queda desta taxa. Por isto, em 2013, foi observada o menor *spread* bancário desde 1994. Contudo, este continuou sendo muito elevado quando comparado com outras taxas adotadas ao redor do mundo.

Analisando o mercado crediário do Brasil, entende-se que os empréstimos são diferenciados de acordo com o tipo de recurso (créditos direcionados ou livres) e pelo perfil do tomador (pessoa jurídica ou física). Analogamente, os *spreads* aplicados a cada tipo de recurso e perfil de tomador se distinguem um dos outros.

Os créditos direcionados são subsidiados pelo governo, tendo duas fontes principais, BNDES e a Caixa Econômica Federal. Diferente dos créditos livres que são concedidos de acordo com as leis da oferta e demanda por crédito.

Entre 2001 e 2003, houve uma maior oferta dos créditos direcionados, enquanto que no período de 2004 a 2007, os créditos livres aumentaram em relação aos créditos totais. A partir de 2008, em específico, com a Crise do *Sub Prime* iniciada em 2007, os créditos direcionados voltaram a crescer mais em relação aos recursos livres. Isto foi justificado pela maior participação do governo direcionando os investimentos em um momento de grande incerteza internacional.

Quando analisado os créditos concedidos entre os perfis de tomadores, percebeu-se que os créditos destinados as famílias cresceram mais do que aqueles destinados as empresas, tanto em relação ao crédito direcionado quanto ao livre, a partir de 2008.

Ao relacionar o *spread* bancário com os créditos concedidos, observou-se que há indícios de uma relação entre a queda do *spread* e o aumento dos empréstimos, como foi observado durante o período de 2003 a 2015.

Por fim, destaca-se os efeitos negativos para o desenvolvimento econômico de um elevado *spread*, na medida em que estas taxas impactam em uma queda dos investimentos e do

consumo da população. Portanto, é essencial debater quais são os fatores responsáveis pela manutenção desta taxa em níveis elevados.

Por isto, o próximo passo é entender quais são os componentes e os determinantes que formam e impactam na elevação do *spread* bancário nacional.

## 2. ESTRUTURA DO *SPREAD* BANCÁRIO BRASILEIRO

No primeiro capítulo, foi destacado a importância de discutir o *spread* bancário brasileiro. De forma geral, um elevado *spread* implica em créditos mais caros, dificultando o desenvolvimento econômico no país na medida em que restringe o capital necessário para realização de investimentos e limita o consumo da população.

Desta maneira, a etapa a seguir é compreender como é composto o *spread* bancário nacional e quais são os fatores determinantes na elevação desta taxa. Em outras palavras, deve-se compreender os componentes e os determinantes do *spread* bancário brasileiro.

Portanto, este segundo capítulo terá o objetivo de destacar a estrutura do *spread* bancário brasileiro a partir da decomposição contábil realizada pelo Banco Central e divulgada nos Relatórios de Economia Bancária e de Crédito, levantando o impacto de cada um destes componentes no *spread*. Entretanto, como o método utilizado pelo Banco Central foi sendo modificado ao longo do tempo, foram destacadas duas fórmulas distintas, ressaltando suas diferenças e semelhanças metodológicas.

A primeira formulação é referente ao período de 2000 até 2014, quando o Banco Central decompunha o *spread* bancário brasileiro através de uma taxa pré-fixada dos recursos livres. Resultando, assim, em cinco componentes: (i) Custos administrativos; (ii) Inadimplência; (iii) Custo com compulsório, subsídios fiscais, encargos e FGC; (iv) Impostos diretos e (v) Margem líquida e erros e omissões.

A partir de 2015, o Banco Central adotou uma nova metodologia baseada em um Indicador de Custo Bancário (ICC), que a grosso modo *reflete o peso dos juros na economia, desde aquele cobrado nos contratos mais recentes até os mais antigos, ainda em vigor*. (Febraban, p. 53 e 54, 2017). Assim, os componentes do *spread* são: (i) Custo de captação; (ii) Custo administrativo, (iii) Inadimplência, (iv) Tributos e FGC e (v) Margem Financeira do ICC.

Contudo, há outras variáveis que também impactam na elevação do *spread* bancário que não são mensurados através destas duas metodologias em questão, como, por exemplo, a inflação, desemprego e a taxa Selic (citados no Capítulo 1). Por isto, há a necessidade de estudar os determinantes do *spread* bancário. Tal assunto será trabalhado no Capítulo 3.

Neste ponto, ressalta Afonso, Kohler e Freitas (2009):

(...) apesar de o método de decomposição contábil do *spread* detalhar de forma clara e precisa a composição do *spread*, ele não permite que sejam feitas inferências sobre o comportamento dos bancos como resposta a medidas adotadas pelas autoridades monetárias, já que se trata de uma análise estática das operações dos bancos. Dessa metodologia dificilmente se pode depreender uma interpretação clara sobre as reações dos bancos frente a alterações nas variáveis consideradas e, adicionalmente, dos instrumentos de política sob alçada do BCB

## 2.1. PRIMEIRA METODOLOGIA: DECOMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO PRÉ-FIXADO

A decomposição contábil do *spread* bancário pré-fixada acompanha as taxas de captação e de aplicação pré-fixadas aplicadas sobre os recursos livres, resultando, no cálculo de um *spread* bancário *ex post*. Esta metodologia foi utilizada durante o período de 2000 a 2014, sofrendo atualizações no cálculo dos componentes ao longo deste intervalo de tempo.

Por isto, para não haver discrepância na contabilização dos componentes, será utilizada apenas as informações contidas no Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2014 do Banco Central, que contém os dados mais atuais sobre tal método, apesar de não trazer as informações de todos os anos da amostra selecionada.

Tabela 11 - Decomposição do *spread* bancário pré-fixado entre 2007 e 2014 (em %)

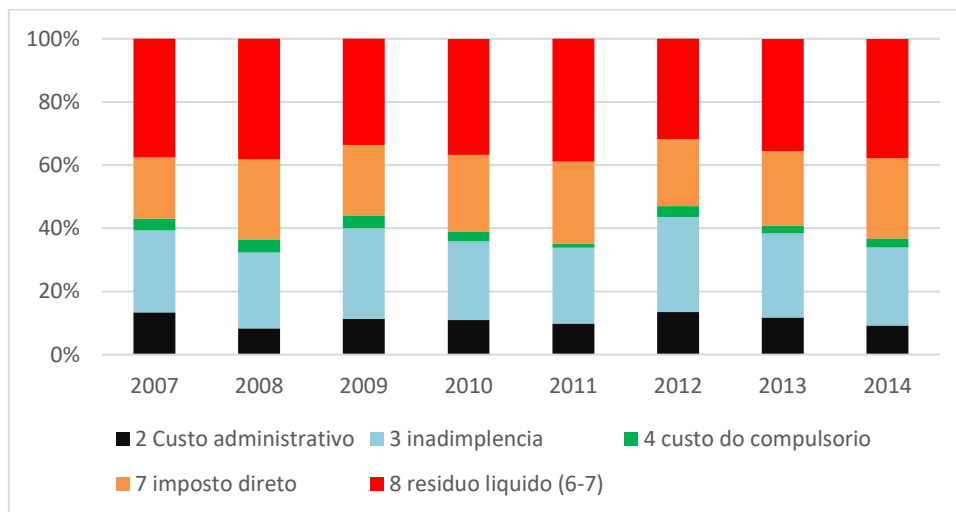
Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1 - <i>Spread</i> total	100	100	100	100	100	100	100	100
2 - Custos administrativos	13,36	8,32	11,31	10,92	9,8	13,52	11,77	9,23
3 - Inadimplência	25,96	24,02	28,75	24,94	24,09	30,06	26,62	24,73
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	3,82	4,07	4,01	2,98	1,26	3,46	2,49	2,87
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	56,86	63,59	55,93	61,15	64,84	52,97	59,11	63,17
6 - Impostos Diretos	19,34	25,43	22,38	24,46	25,94	21,19	23,64	25,41
7 - Margem Líquida. Erros e Omissões (5-6)	37,53	38,15	33,56	36,69	38,91	31,77	35,47	37,75

Fonte: Banco Central, p. 42, 2015

Tabela 12 – Decomposição do *spread* bancário pré-fixado

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
A - Taxa de Aplicação	35,19	46,34	35,31	34,74	36,48	29,77	33,36	37,27
B - Taxa de Captação	10,33	12,51	8,17	9,09	10,22	6,64	9,2	10,65
1 - <i>Spread</i> total	24,86	33,83	27,14	25,65	26,26	23,13	24,16	26,62
2 - Custos administrativos	3,32	2,82	3,07	2,8	2,57	3,13	2,84	2,46
3 - Inadimplência	6,45	8,13	7,8	6,4	6,33	6,95	6,43	6,58
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	0,95	1,38	1,09	0,76	0,33	0,8	0,6	0,76
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	14,14	21,56	15,18	15,68	17,03	12,25	14,28	16,81
6 - Impostos Diretos	4,81	8,6	6,07	6,27	6,81	4,9	5,71	6,76
7 - Margem Líquida. Erros e Omissões (5-6)	9,33	12,91	9,11	9,41	10,22	7,35	8,57	10,05

Fonte: Banco Central, p. 42, 2015

Gráfico 10 – Evolução dos componentes do *spread* bancário pré-fixado entre 2007 e 2014 (em %)

Fonte: Banco Central, 2015 – Elaboração própria

A partir das informações fornecidas pelo Banco Central, o *spread* bancário pré-fixado foi decomposto em cinco componentes: (i) Custos administrativos; (ii) Inadimplência; (iii) Custo com compulsório, subsídios fiscais, encargos e FGC; (iv) Impostos diretos e (v) Margem líquida e erros e omissões (parcela que engloba o lucro bancário).

Em relação a evolução da participação destes componentes no *spread* bancário nacional durante 2007 e 2014, o Relatório de Economia Bancária e Crédito destaca:



Relativamente à decomposição do *spread* bancário total em proporção percentual do próprio *spread*, observa-se que a participação da componente “margem bruta, erros e omissões” tem representado sistematicamente, desde 2007, percentuais superiores à metade do *spread* bancário, com destaque para os valores obtidos em 2008, 2011 e 2014, quando atingiu 63,6%, 64,8% e 63,2%, respectivamente, sendo que nesses mesmos anos observou-se redução da participação relativa dos custos administrativos, que se entende como sendo, praticamente, um custo fixo para as instituições.

Com relação aos demais itens da decomposição, destaca-se a participação da “inadimplência”, que após forte elevação em 2008 e em 2012, vem sendo reduzida nos dois últimos anos, estabilizando-se em torno de 25%. A somatória de “compulsório, subsídios cruzados, encargos fiscais e Fundo Garantidor de Crédito (FGC)”, cujos valores posteriores à crise internacional de 2008 foram menores, apresentou tendência de queda de 2008 a 2011, culminando em 2011 no menor patamar de participação relativa, de alguma forma influenciada pelas medidas macroprudenciais adotadas no final de 2010 e pela redução dos efeitos dos subsídios cruzados. A diminuição do *spread* bancário liderada pelos bancos públicos em 2012 e a retomada da tendência de elevação da Selic no início de 2013 juntamente com a gradativa recomposição dos níveis de compulsórios, a partir do final de 2011, elevaram a participação desse componente para algo em torno de 3%.

A decomposição na forma de p.p. apresenta, em outra perspectiva, a evolução nominal dos componentes do *spread*. (...) observa-se que os custos administrativos, embora tenham apresentado leve tendência de redução nos últimos dois anos, mostram certa estabilidade em torno de 3 p.p. Após 2012, verifica-se que a componente “margem líquida, erros e omissões” apresentou tendência de elevação, passando de 7,4 p.p. em 2012, para 10,1 p.p., em 2014, mas se mantém próxima à média do período.

Em relação a essa metodologia, ressalta-se três críticas principais.

A primeira é sobre a mensuração do *spread* a partir, apenas, dos créditos livres, desconsiderando a participação dos créditos direcionados. Como já citado, o *spread* aplicado sobre os créditos direcionados são menores, por isso, quando comparado com os *spreads* encontrados na Tabela 1 presente no Capítulo 1, nota-se uma diferença. Por exemplo, em 2013, de acordo com a Tabela 1, o *spread* médio anual foi de 11,5% enquanto que nesta decomposição contábil, o *spread* pré-fixado foi de 24,16%.

A segunda crítica é envolvendo a escolha da taxa utilizada para representar o custo de captação dos bancos. Nesta metodologia, foi escolhida a taxa do CDB (Certificado de Depósito Bancário), sendo que esta não representaria um custo mínimo para os bancos, o que subestimaria o *spread* encontrado. Assim, Afonso, Kohler e Freitas (2009) defendem a utilização de uma taxa que representaria tal custo mínimo, pois:

Ocorre que parte dos fundos dos bancos provém de fontes com custos bem mais baixos que o CDB, como os depósitos à vista e os recursos de livre aplicação das cadernetas de poupança. Não vemos por que desconsiderar o custo financeiro mais baixo dos depósitos à vista ou de outras fontes de financiamento na estimativa do custo real de captação dos bancos. Ora, os depósitos à vista têm custo financeiro nulo para os bancos. Quando não são considerados, os custos financeiros dos bancos são

artificialmente elevados e, conseqüentemente, os *spreads* bancários são subestimados. Ainda que sua proporção no total de captações dos bancos fosse pequena, não seria admissível que a autoridade reguladora desconsiderasse os efeitos redutores dos depósitos à vista sobre os custos financeiros dos bancos.

A terceira crítica é sobre a mensuração dos custos administrativos, já que não considera como *fonte de receitas dos bancos certas operações extremamente rentáveis, como tarifas bancárias e administração de fundos* (AFONSO, KOHLER E FREITAS, 2009, p. 23).

As tarifas bancárias são taxas cobradas para a realização de certos serviços, como, por exemplo, emissão de saldos, extratos e segunda via de cartões. Também, o pagamento com anuidade e saques de cartão de crédito são considerados tarifas bancárias.

## 2.2. SEGUNDA METODOLOGIA: DECOMPOSIÇÃO DO ICC MÉDIO

Afim de melhorar a mensuração do *spread* e uma melhor compreensão de sua estrutura, o Banco Central alterou a método utilizado a partir de 2015, adotando uma nova metodologia baseada em um Indicador de Custo Bancário (ICC), *que a grosso modo reflète o peso dos juros na economia, desde aquele cobrado nos contratos mais recentes até os mais antigos, ainda em vigor* (FEBRABAN, p. 53 e 54, 2017).

De forma mais clara, o Banco Central define o ICC como: “O ICC estima o custo médio, sob a ótica do tomador, das operações de crédito ainda em aberto no sistema, independente da data de contratação do crédito. Portanto, o ICC incorpora informação tanto de contratos recém-firmados quanto de contratos mais antigos ainda vigentes” (FEBRABAN, p. 54, 2017).

Tabela 13 – Decomposição do ICC médio ajustado (em %)

Ano	2015	2016	2017	2018
1 - Custo de captação	40,84	39,59	37,04	35,15
2 - Inadimplência	20,85	23,7	24,35	21,75
3 - Despesas administrativas	14,88	16,03	17,28	18,28
4 - Tributos e FGC	13,81	12,27	12,44	14,02
5 - Margem financeira do ICC	9,61	8,41	8,89	10,8
ICC médio ajustado	100	100	100	100

Fonte: Banco do Brasil, 2018, p. 79

Tabela 14 – Decomposição do ICC médio ajustado

Discriminação	2015	2016	2017	2018
A.1 - ICC médio	20,64	22,49	22,34	21,06
A.2 - Ajuste por método de capitalização	1,73	2,03	1,99	1,80
A - ICC médio ajustado (A.1 -A.2)	18,91	20,46	20,25	19,26
B.1 - Custo de captação de recurso	8,00	8,41	7,76	6,99
B.2 - Ajuste por método de capitalização	0,28	0,31	0,26	0,22
B - Custo de captação de recursos ajustados (B.1 -B.2)	7,72	8,10	7,50	6,77
C - <i>Spread</i> (A - B)	11,19	12,36	12,75	12,49
D - Despesa do FGC	0,08	0,04	0,05	0,04
E - IOF	0,41	0,39	0,37	0,38
F - Contribuições do PIS e COFINS	0,82	0,88	0,87	0,83
G - Despesas administrativas	2,81	3,28	3,50	3,52
H - Estimativa de perda	3,05	3,63	3,70	3,14
I - Juros não recebidos de operações com atraso igual ou acima de 60 dias	0,68	0,97	0,96	0,80
J - Descontos concedidos	0,21	0,25	0,27	0,25
K.1 - Parcela de juros sobre o capital próprio recebida por acionistas	-	0,33	0,36	0,37
K.2 - IRRF incidente sobre juros sobre capital próprio	-	0,06	0,06	0,06
K - Despesa de juros sobre capital próprio (K.1 + K.2)	-	0,39	0,42	0,43
L - Margem do ICC antes de IR e CSLL (C-D-E-F-G-H-I-J-K)	3,12	2,53	2,61	3,10
M - IR e CSLL	1,30	1,14	1,17	1,39
N - Margem financeira do ICC (L-M+K.1)	1,82	1,72	1,80	2,08

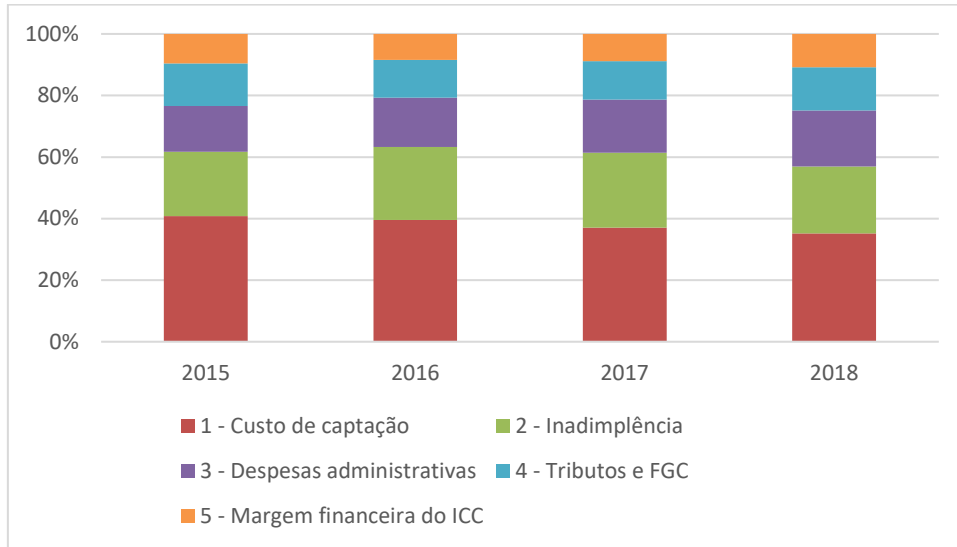
Fonte: Banco Central, p. 79, 2019. Banco Central, p. 48, 2015.

Da mesma forma que ocorreu com a primeira metodologia, esta segunda formulação também sofreu atualizações. Desta maneira, no Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2018 foi adicionado a parcela K referente a despesa de juros sobre capital próprio. Por isto, este fator não apareceu no ano de 2015.

A diferença metodológica entre o *spread* pré-fixado e o ICC médio consiste que na segunda os saldos remanescentes de determinado período não mais correspondem à totalidade das operações contratadas naquele período. Portanto, *as taxas médias de juros das operações remanescentes tendem a diferir das taxas das concessões, que se referem à totalidade das operações contratadas em períodos passados* (Banco Central, 2018, p. 11).

Assim, ao computar não apenas os custos referentes às operações contratadas no mês, *mas também aqueles referentes a todas as operações ativas, na proporção dos saldos remanescentes nas carteiras de crédito, (...) possibilitando estimativa mais acurada do custo médio incidente sobre os tomadores de crédito* (Banco Central, 2018, p. 19)

Gráfico 11 – Evolução dos componentes do ICC médio ajustado (em %) entre 2015 e 2018



Fonte: Banco do Brasil – elaboração própria

Nesta metodologia, o custo de captação é retratado como o principal componente do custo com crédito bancário pelo tomador. Assim, para o cálculo do *spread*, deve-se retirar tal parcela, *já que esta estima as despesas das instituições financeiras com o pagamento de juros nas suas captações, como no caso de depósitos a prazo* (Banco Central, p. 78, 2019). Fato que entra em correlação com a crítica referente a primeira metodologia sobre a imprecisão da mensuração dos custos de captação, que utilizava o CDB como parâmetro.

Também, foram englobados os tributos e taxas em uma única parcela, diferente do que ocorreu com o método utilizado entre 2007 e 2014. Desta maneira, Segundo o Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2019, o componente tributos e FGC:

Reflete os tributos sobre as operações de crédito pagas pelos tomadores e pelas instituições financeiras. Clientes pagam Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). As instituições financeiras pagam contribuições ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e também retêm e recolhem o imposto de renda (IRRF) incidente sobre capital próprio pagos ou creditados a seus acionistas. Todos esses tributos afetam, de forma direta ou indireta,

o ICC. Além disso, todas as instituições associadas ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) devem contribuir mensalmente para o fundo, com determinado percentual dos saldos das contas garantidas.

Segundo o Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2018, as participações dos componentes do ICC médio ajustado evoluíram da seguinte maneira durante os anos de 2016, 2017 e 2018:

Observa-se que o Custo de captação foi o principal componente do custo do crédito para os tomadores nesse período (média de 37,3% ao longo dos três anos). Em seguida estão Inadimplência (média de 23,3%), Despesas administrativas (média de 17,2%), Tributos e FGC (média de 12,9%) e, finalmente, Margem financeira do ICC (média de 9,4%). Também é possível constatar que o ordenamento dos fatores permaneceu estável no período.

A contribuição do custo de captação, em pontos percentuais para o ICC, diminuiu em 2018, refletindo a flexibilização monetária. A da inadimplência teve queda significativa, principalmente quando comparada com 2017. Já a contribuição de tributos teve leve aumento em 2018 decorrente de uma maior rentabilidade das operações de crédito. Por sua vez, a margem financeira do ICC teve crescimento relevante em 2018.

Em síntese, a queda no ICC em 2018 em relação ao ano anterior (de 0,99 p.p.) foi explicada pela redução do custo de captação (variação de -0,73 p.p. na contribuição) e da inadimplência (variação de -0,74 p.p.), contraposta parcialmente pelo aumento de tributos (variação de 0,18 p.p.) e da margem financeira (variação de 0,28 p.p.). A contribuição das despesas administrativas ficou relativamente constante (variação de 0,02 p.p.).

Por fim, ressalva-se que apesar das melhorias sobre o cálculo do custo de captação nesta segunda metodologia, não houve avanços em relação a superestimação das despesas administrativas na medida em que também não levou em consideração as tarifas bancárias e a administração de fundos.

Apesar disto, o próximo passo é entender como cada um destes componentes impactam na elevação do *spread* bancário nacional.

### 2.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PRINCIPAIS COMPONENTES DO *SPREAD* BANCÁRIO BRASILEIRO

Após entender como o Banco Central realizou a decomposição contábil do *spread* bancário brasileiro, percebe-se que as duas metodologias ressaltam três componentes em comum. São eles: Os custos administrativos, a inadimplência e o lucro bancário. Em relação aos custos envolvendo as tributações e encargos, é possível agregar tais componentes em uma única parcela denominada “cunha fiscal” que engloba todos os custos com os impostos diretos e indiretos, taxas, encargos, subsídios e com o compulsório.

Deste modo, para concluir este capítulo, será analisado cada um destes componentes que formam a estrutura do *spread* bancário, destacando o impacto destas variáveis sobre o *spread*:

- Custos administrativos

Os custos administrativos refletem as despesas de pessoal e operacionais em proporção aos ativos rentáveis. De acordo com Lacerda (2006), a despesa com pessoal é o maior item de despesa administrativa dos grandes bancos (apesar de seu cálculo ser superestimado a partir das metodologias do Banco Central).

Destaca-se também, os gastos em tecnologia da informação, principalmente em forma de investimentos para melhoria do atendimento ao cliente, como novos canais de acesso das contas bancárias através de celulares e computadores.

A Febraban (2018) ressalva que:

(...) uma parte da população ainda demanda canais físicos, o que requer manutenção dos investimentos em instalações, segurança, transporte de numerário, além de equipes para atendimento operacional, especificamente para arrecadação de tributos, arrecadação de contas de consumo, incluindo o atendimento a usuários que não são clientes da instituição financeira.

Segundo a Febraban (2018), o Estado teria papel fundamental para reduzir os custos administrativos das instituições financeiras. Algumas soluções recomendadas pela Febraban

(2018) baseiam-se em uma maior segurança jurídica para garantir que os bancos expandam suas tecnologias de informação, como, por exemplo, autorização exclusiva do uso da biometria a partir do projeto de lei 9.619/18.

Outro ponto levantado pela Febraban (2018) gira em torno do custo com os trabalhadores, na medida que a lei permite apenas uma jornada diária de seis horas, sendo que de outros setores, a jornada diária é de oito horas. Além disto, há os custos com segurança das agências. Segundo a Febraban (2018), o setor bancário emprega 68 mil vigilantes privados – o equivalente a cerca de 75% do efetivo da Polícia Militar em São Paulo – e investe em monitoramento eletrônico. No conjunto, as despesas chegam a R\$ 9 bilhões por ano, o que não inclui os R\$ 10 bilhões com o transporte de numerário (Febraban, p. 88, 2018).

- Inadimplência

A parcela referente a inadimplência captura as perdas decorrentes do não pagamento de dívidas ou juros, além de descontos concedidos (Banco Central, 2019, p.77).

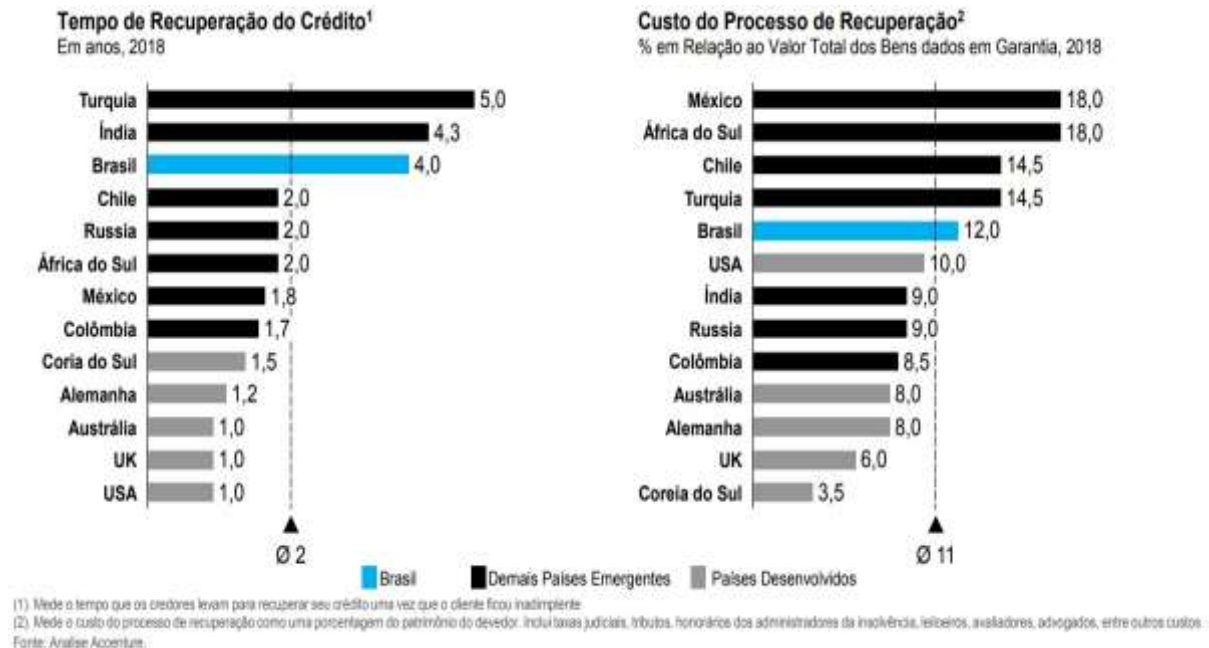
Segundo a Febraban (2018), a inadimplência é a grande vilã do *spread* elevado que se pratica no Brasil:

Mais de um terço da composição do *spread* bancário se deve à inadimplência, de acordo com o Indicador de Custo de Crédito (ICC). (...) Enfatiza-se uma estatística já mencionada: entre 2015 e 2017, de acordo com o Relatório de Economia Bancária de 2017, o peso médio da inadimplência foi de 37,4% na composição do *spread* bancário, seguido de longe por itens como despesas administrativas (25,0%) e tributos e fundo garantidor de crédito (22,8%). Por último veio a margem financeira dos bancos, de 14,9%.

Febraban (2018) destaca que menos de 15% dos créditos garantidos são recuperados no Brasil em caso de falência, comparado com uma taxa mediana de recuperação de 69% nos demais países.

Além da baixa taxa de recuperação, adiciona-se o tempo e os custos envolvidos para recuperar as garantias.

Figura 1 – Tempo e Custo de Recuperação de Crédito (Febraban, 2018)



Fonte: Febraban, 2018.

Deste modo, a Febraban (2018) listou algumas medidas para diminuir a inadimplência no Brasil. A principal medida é melhorar o acesso à informação, ampliando os dados dos cidadãos e empresas referentes a renda, faturamento e empregos.

A medida reduziria o custo com análises de crédito sobretudo para pessoas físicas e para as micro, pequenas e médias empresas, que têm um nível de inadimplência muito superior ao das grandes corporações. Além disso, tais empresas não publicam balanços nem contam com informações financeiras organizadas, o que dificulta a decisão do credor (FEBRABAN, 2018, p.73)

Uma outra medida é referente ao melhoramento da Lei de Falências. De acordo com Barboza et. al. (2009) a Lei de Falência já havia sofrido modificações em 2005, o que contribuiu para o aumento de concessões de créditos para pessoas jurídicas e uma diminuição no número de falências. Contudo, em relação ao *spread* e a inadimplência, Barboza et. al. ressalta que:

Os resultados indicam que apesar de a lei ter contribuído para diminuir significativamente o número de empresas com falências requeridas e decretadas, os seus efeitos não se estenderam completamente para o mercado de crédito. Particularmente, não houve uma redução significativa do *spread* bancário e das taxas de inadimplência. Já as concessões de crédito para pessoa jurídica apresentaram um aumento significativo após a implementação da lei, porém o mesmo resultado não foi



verificado para o volume de crédito, mesmo decomposto por setores e por diferentes linhas (BARBOZA et. al.; 2009; p. 24).

Deste modo, novas modificações na Lei de Falência poderiam resultar em melhores condições para reduzir o grau de inadimplência. Contudo, isto só seria possível se houvesse o melhoramento no acesso às informações, torando-as mais transparentes.

Uma última medida sugerida é sobre aumentar a segurança dos ativos emprestados, ao tornar efetiva a possibilidade de retomada extraoficial de bens móveis oferecidos como garantia de um empréstimo (FEBRABAN, 2018, p.76).

- Cunha Fiscal

Ao analisar as duas metodologias utilizadas pelo Banco Central para decompor o spread de forma contábil, percebe-se que há discrepância entre ambas em relação ao cálculo dos custos com a tributação. Contudo, apesar das diferenças, é possível tratar tal assunto como uma única variável denominada como Cunha Fiscal, sendo esta composta pelos impostos diretos e indiretos, taxas, encargos, subsídios e com o compulsório.

De acordo com o Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2017, ao se realizar uma média do *spread* entre os anos de 2015 a 2017, observou-se que 25% do custo de intermediação financeira era devido aos impostos. Segundo a Febraban (2018) os fatores que aumentaram a carga tributária do Crédito no Brasil são:

- (i) Impostos sobre a recita PIS/COFINS: 4,65% da receita líquida de intermediação financeira
- (ii) IOF: até 1,88% para PJ e até 3,38% para PF
- (iii) IRPJ de 25% e CSLL de 15%, com alíquota adicional frente aos demais negócios no Brasil.

É importante ressaltar, por fim, que a diminuição dos impostos não refletiria totalmente na queda do *spread* bancário. Como destaca Afonso, Kohler e Freitas (2009), *eliminar a cunha fiscal não significa redução do spread na mesma proporção, tendo em vista que o resultado dependerá do repasse das instituições financeiras para o custo final ao tomador.*

- Lucro Bancário

Se acordo com a decomposição contábil do *spread* bancário realizada pelo Banco Central, na metodologia referente ao período de 2007 a 2014, o lucro das instituições financeiras faz parte da parcela “Margem Líquida, Erros e Omissões” do *spread* pré-fixado.

Analogamente, em relação a metodologia referente ao ICC médio ajustado, aplicado no período de 2015 a 2018, a rentabilidade líquida bancária está contida na parcela sobre a “Margem Líquida do ICC”. De acordo com o Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2018, a Margem Líquida do ICC reflete a parte que remunera o capital dos acionistas das instituições pela atividade de crédito e outros fatores não mapeados pela metodologia, incluindo erros e omissões nas estimativas (Banco Central, p. 78, 2019).

Segundo a Febraban (2018), o lucro compõe 15% da estrutura do *spread*, quando analisado a média desta taxa durante os anos de 2015 e 2017, ficando atrás dos custos com inadimplência e dos impostos.

Contudo, é importante ressaltar que o lucro dos bancos brasileiros vem crescendo nos anos recentes, mesmo em um período em que a economia do Brasil apresenta uma grave recessão.

Ao se realizar uma análise do lucro dos cinco maiores bancos nacionais a partir de 2016 (Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa e Santander) percebe-se que a rentabilidade destes bancos, somadas, elevou cerca de 20% entre os anos de 2016 e 2018, conforme consta na tabela abaixo:

Tabela 15 – Lucro dos cinco maiores bancos brasileiros a partir de 2016 (em R\$ bilhões)

BANCOS	2016	2017	2018
Itaú	22,1	24,9	25,7
Bradesco	15,1	19,0	19,1
Banco do Brasil	8,0	11,1	12,9
Caixa	4,1	12,5	12,7
Santander	7,4	8,0	12,2
SOMA	56,7	75,5	82,6

Fonte: Federação dos Bancários do Paraná

Tabela 16 – Evolução entre os anos dos lucros dos maiores bancos brasileiros (em %)

Bancos	Var. anual (2017/2016)	Var. anual (2018/2017)
Itaú	12,3%	3,3%
Bradesco	26,1%	0,3%
Banco do Brasil	38,2%	15,9%
Caixa	204,9%	1,6%
Santander	8,9%	52,3%
SOMA	33,1%	9,3%

Fonte: Federação dos Bancários do Paraná – elaboração própria

Este aumento do lucro entra em contradição a realidade econômica vivenciada pelo país no mesmo período. Portanto, abre espaço para a discursão de uma falta de concorrência bancária que estimula os bancos a manterem suas altas taxas de retorno. No entanto, através da decomposição contábil, não é possível mensurar tal hipótese.

Além da concorrência bancária, há outras variáveis que também não conseguem ser calculadas. Por isto, é importante analisar os determinantes do *spread* bancário.

### 3. DETERMINANTES DO *SPREAD* BANCÁRIO

A análise do comportamento do *spread* bancário se comporta em três etapas.: (i) evolução, que consiste na avaliação da medida ao longo do tempo; (ii) estrutura, que procura estimar os diversos componentes do *spread* bancário, como por exemplo inadimplência, custos administrativos, cunha tributária, dentre outros; e (iii) determinantes, que consiste em investigar os efeitos quantitativos sobre o *spread* oriundos de modificações em outras variáveis (SOUZA, 2007).

Com isto, está faltando debater o último passo referente aos determinantes do *spread* bancário brasileiro.

Neste quesito, os determinantes do *spread* bancário são divididos em três grandes grupos de variáveis: Variáveis Microeconômicas, Variáveis Macroeconômicas e Variáveis Institucionais. Assim, o objetivo central deste capítulo é debater cada um destes grupos em um subcapítulo específico.

Os componentes macros estão relacionados com a condução das políticas econômicas. Logo, destaca-se a instabilidade econômica brasileira, tornando os bancos mais avessos ao risco; a rigidez da política monetária e a inflação. Por exemplo, é possível estabelecer uma relação entre a queda do *spread* bancário brasileiro entre 2003 e 2015 com o período marcado pelo bom desempenho econômico nacional.

Dentre os componentes microeconômicos, ressalta-se o grau de concentração no setor bancário, ou seja, uma das causas do elevado *spread* pode ser justificada pela falta de concorrência bancária que leva a altas margens de lucros, mesmo em períodos de crise na economia brasileira. O ponto chave para entender as variáveis micro é entender os bancos como firmas que maximizam seus lucros.

Por fim, os componentes institucionais são definidos como os custos exógenos inferidos sobre instituições financeiras. Assim, destaca-se a burocracia legal que faz aumentar os custos com a intermediação financeira. Em geral, estas variáveis estão relacionadas com a forma em que a legislação faz aumentar os riscos para o sistema bancário. Neste quesito, a inadimplência e a cunha fiscal são representantes deste último grupo.

Por fim, para realizar este levantamento dos principais determinantes do *spread* bancário nacional, será necessária uma revisão bibliográfica da literatura sobre o assunto.

### 3.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA LITERATURA SOBRE OS DETERMINANTES DO *SPREAD* BANCÁRIO

Para levantar os principais determinantes do *spread* bancário brasileiro, será realizada uma revisão bibliográfica dos principais trabalhos realizados durante o período de 1994 a 2018. Contudo, antes de iniciar a revisão da literatura nacional, foi observado que a maioria dos trabalhos destacados foram baseados em duas abordagens convencionais. São elas, Klein (1971) e Ho e Saunders (1981).

#### 3.1.1 Duas abordagens convencionais sobre determinantes do *spread* bancário

A maioria dos estudos sobre os determinantes do *spread* bancário nacional foram baseados em duas abordagens teóricas convencionais: Klein (1971) e Ho e Saunders (1981).

A primeira abordagem teórica foi desenvolvida por Klein (1971), sendo resumida por Fiche (2015):

A abordagem neoclássica de Klein (1971) fornece uma análise microeconômica da firma bancária e o efeito da estrutura de mercado em que opera na determinação das taxas de juros, ou seja, uma análise estática do comportamento do banco e sua impossibilidade de influenciar o volume de depósitos à vista, tornando um mero administrador do sistema financeiro.

Assim, compreende-se que nesta primeira abordagem, os bancos atuariam como firmas que maximizam seus lucros, igualando a receita marginal dos ativos com o custo marginal do passivo. Para tal, as “firmas bancárias” atuariam em mercados imperfeitos (monopólios ou oligopólios), fixando suas taxas de captação e aplicação de forma que resultassem na maximização dos lucros.

Completando a abordagem de Klein (1971), Oreiro et. al. (2006) destaca:

Na primeira abordagem (“modelos de monopólio”), (...), o banco é visto como uma firma cuja principal atividade é a produção de serviços de depósitos e de empréstimos por intermédio do emprego de uma tecnologia de produção de serviços bancários (...). A atividade da firma bancária se desenvolve, via de regra, num ambiente de mercado que é caracterizado pela presença de concorrência monopolista ou imperfeita, tanto no mercado de crédito como no mercado de depósitos. Isto significa que o banco tem poder de monopólio na fixação da taxa de juros em pelo menos um dos mercados em

que opera, normalmente o mercado de crédito, comportando-se como um formador de preços (*price setter*). Este poder de monopólio explicaria a escala de operação e as estruturas ativa e passiva do banco, levando em conta que as decisões de um banco individual seriam capazes de afetar as taxas que remuneram os componentes do passivo, assim como aqueles integrantes do ativo bancário.

Portanto, o *spread* bancário reflete fundamentalmente o “grau de monopólio” do banco, ou seja, a sua capacidade de cobrar um preço maior que o custo marginal de produção dos serviços por ele oferecidos. (Oreiro, 2006)

Também, é importante destacar que em Klein (1971), o modelo utilizado assume que os bancos são avessos ao risco. A partir dos modelos utilizados para representar a firma bancária em um mercado monopolístico e de oligopólios, Klein (1971) assume que “*spread* bancário é uma função crescente do grau de concentração do setor bancário como um todo” (OREIRO et. al., 2006).

Finalmente, a contribuição de Klein (1971) para o estudo dos determinantes do *spread* bancários foi, precisamente, a introdução da possibilidade da análise de fatores microeconômicos.

A segunda abordagem, desenvolvida por Ho e Saunders (1981), é explicitada por Oreiro et. al. (2006):

Na segunda abordagem, cujo trabalho seminal é Ho e Saunders (1981), o banco é visto não como uma firma, mas como um simples intermediário entre o tomador final (as firmas) e o prestador último (as famílias). Esta atividade de intermediação está, no entanto, sujeita a dois tipos de incerteza. Em primeiro lugar, existe a incerteza gerada pela falta de sincronização entre depósitos e empréstimos. Esta falta de sincronização impõe um risco de taxa de juros para o banco. Para que possamos entender o porquê disto, consideremos que o banco se defronte com uma demanda inesperadamente alta de empréstimos, demanda esta superior ao volume recebido de depósitos e de suas reservas livres. Neste caso, ele se verá obrigado a financiar a demanda excessiva de crédito no mercado interbancário, incorrendo, assim, num risco de refinanciamento caso haja um aumento da taxa de juros (cf. Maudos e Guevara, 2003, p. 4). Por outro lado, se o banco se defrontar com uma oferta inesperadamente alta de depósitos – cuja magnitude seja superior ao volume de empréstimos concedido pelo banco no mesmo período –, ele deverá então aplicar esse excesso de recursos no mercado interbancário. Desta forma, o banco estará incorrendo num risco de reinvestimento caso haja uma redução da taxa de juros. (Ibid, p.4).

Em segundo lugar, a atividade de intermediação expõe o banco à incerteza quanto à taxa de retorno dos empréstimos. Esta incerteza decorre do fato de que uma parte dos empréstimos não será devolvida em razão da inadimplência voluntária ou não dos tomadores.

Em relação à determinação do *spread* bancário, a abordagem de Ho e Saunders (1981) permitiu-se avaliar a influência das variáveis macroeconômicas na determinação do *spread*, designadamente, o impacto de instabilidades macroeconômicas como atividade econômica, volatilidade da taxa de juros, inflação e câmbio (FICHE, 2015).

É possível entender o modelo utilizado por Ho e Saunders (1981) a partir de Manhiça (2009):

(...) com o intuito de analisar o impacto da volatilidade da taxa de juros dos bancos nos Estados Unidos, usam um modelo empírico de dois estágios para um total de 53 bancos, entre o quarto trimestre de 1976 e o de 1979. No primeiro estágio, a margem de juros cobrados por cada banco individual é regredida contra algumas características específicas de cada banco, tidas como imperfeições que podem afetar a margem. Com isso, obtém-se o chamado *spread* “puro”. No segundo estágio, por meio de séries temporais, regride-se o *spread* “puro” médio contra as variáveis propostas no modelo teórico.

*Spread* “puro” é definido, segundo Oreiro et. al. (2006), como:

O *spread* determinado por essa expressão deve ser entendido como o *spread* bancário puro (cf. Maudos e Guevara, 2003, p.7). Na prática existem outras variáveis que explicam a margem de intermediação dos bancos, mas cuja incorporação a um modelo teórico é difícil, quando não impossível. Essas variáveis estão relacionadas com os aspectos institucionais e regulatórios da atividade bancária. Daqui se segue que a margem efetiva de intermediação bancária é composta por dois elementos, a saber: o *spread* bancário puro ( $s^*$ ) e a margem “suja” de intermediação ( $f$ ), explicada por fatores institucionais e regulatórios.

Desta maneira, destaca-se que os componentes deste “*spread* puro”, segundo o modelo de Ho e Saunders (1981) são: (i) aversão ao risco; (ii) estrutura de mercado; (iii) tamanho das transações; e (iv) risco das taxas de juros (Leal e Paula, 2011).

Por fim, valem ressaltar as diferenças e semelhanças entre as duas abordagens teóricas convencionais. Deste modo, tanto em Klein (1971) como em Ho e Saunders (1981) é suposto que “os bancos têm poder de mercado, ou seja, os bancos têm liberdade para fixar o nível da taxa de juros cobrada sobre as operações de crédito e a taxa de juros que é paga sobre a captação de depósitos” (OREIRO et. al., 2006, p.).

No entanto, “diferente de Klein (1971), é suposto que o banco é um agente avesso ao risco na abordagem de Ho e Saunders (1981). Em outras palavras, nesta segunda abordagem, o

objetivo do banco não é a maximização do lucro esperado, mas sim a maximização da utilidade esperada do lucro” (OREIRO et. al., 2006, p.).

### 3.1.2 Revisão bibliográfica sobre determinantes do *spread* bancário brasileiro

A decomposição contábil realizada pelo Banco Central não é capaz de mensurar o impacto das variáveis macroeconômicas, nem de algumas variáveis microeconômicas como o grau de concorrência bancária e nem de certas variáveis institucionais, como o peso de uma mudança da legislação sobre o *spread*. Deste modo, é necessário levantar outras possíveis causas (determinantes) que explicam o porquê do *spread* brasileiro ser tão elevado. Por isto, os trabalhos pioneiros de Klein (1971) e Ho e Saunders (1981) foram fundamentais em permitirem a elaboração de análises de variáveis microeconômica e macroeconômica sobre o *spread*, respectivamente.

Iniciando esta revisão bibliográfica sobre a literatura nacional, destaca-se o primeiro trabalho realizado por Aronovich (1994).

Aronovich (1994) entende que o elevado *spread* bancário nacional era resultado da alta inflação observada no período anterior ao Plano Real. Logo, com o sucesso do plano e a baixa da inflação, havia a expectativa do *spread* nacional cair.

Através da técnica estatística, obtiveram-se indícios de que à medida que a inflação se eleva, cresce o diferencial entre as taxas de juros de empréstimo e de captação, seja pela redistribuição de ativos, seja pela incorporação ao *mark-up* bancário do prêmio requerido pelo banco para realizar operações de crédito. De um lado, esse resultado parece indicar que a própria aceleração da inflação traz consigo a semente do desestímulo à expansão produtiva, na medida em que a taxa de juros para empréstimo deve crescer de forma mais rápida do que a taxa de remuneração da poupança financeira privada. De outro, o resultado parece ajudar a explicar por que, quando se observa um forte desinflacionamento, a taxa de juros de empréstimo cai de forma importante, mesmo mantendo-se a mesma taxa de juros real de captação de depósitos a prazo de antes, reativando o consumo acima do esperado. (ARONOVICH, 1994, p. 14)

Contudo, como já vimos no Capítulo 1, os níveis dos *spreads* não abaixaram. Assim, entre a Criação do Plano Real e o ano de 2003, Oreiro et. al. (2006) destaca-se a influência da



incerteza na economia internacional proveniente da Crise Mexicana (1994), Crise dos Tigres Asiáticos (1997) e da Rússia (1999).

Com o sucesso do Plano Real no que se refere à estabilização de preços, poder-se-ia esperar um aumento substancial dos empréstimos como proporção do PIB, já que baixas taxas de inflação sinalizariam um ambiente macroeconômico mais estável. Contudo, isto não ocorreu. Na verdade, houve uma redução do crédito como proporção do PIB e constatou-se uma elevada volatilidade das taxas de juros nesse período, devido em grande parte aos impactos das crises financeiras internacionais em contexto de elevada vulnerabilidade externa, constituindo-se em uma fonte de instabilidade econômica. Como já assinalamos, apesar da redução em relação aos níveis de 1994, os *spreads* bancários permaneceram em níveis elevados nos últimos anos (OREIRO, J. et al. Determinantes macroeconômicos do *spread* bancário no Brasil: teoria e evidência recente. Vol.10 no. 4 Ribeirão Preto, 2006).

Concomitantemente, Oreiro et al. (2006) concluiu que as seguintes variáveis macroeconômicas tiveram impacto na determinação do *spread* bancário durante o período de 1994 a 2003:

[...] Os fatores macroeconômicos são importantes, no Brasil, na explicação da determinação do *spread* bancário. Em particular, destacam-se: (i) a elevada volatilidade da taxa de juros que, como vimos, eleva o risco de taxa de juros enfrentado pelo banco e aumenta o seu grau de aversão ao risco; (ii) o nível da taxa de juros, que serve tanto como piso para as taxas de empréstimos como "custo de oportunidade" para as operações de empréstimos, em razão da indexação à Selic de parte da dívida pública; (iii) a produção industrial mostrou o efeito poder de mercado prevalecendo sobre o efeito inadimplência, uma vez que uma maior demanda por crédito implicou maiores taxas de empréstimos (OREIRO, J. et al. Determinantes macroeconômicos do *spread* bancário no Brasil: teoria e evidência recente. Vol.10 no. 4 Ribeirão Preto, 2006).

Por isto, Oreiro et. al. (2006) destacou a importância da adoção de políticas macroeconômicas consistentes para reduzir os níveis de *spread* nacional.

De fato, a incerteza no ambiente macroeconômico que envolve os bancos é uma importante causa dos elevados *spreads* no Brasil. Se isso é verdade, então a adoção de políticas macroeconômicas consistentes que criem condições para um crescimento econômico sustentável e financeiramente estável poderá ter um efeito positivo em reduzir os *spreads* bancários no Brasil. Sem isso, medidas de natureza microeconômica visando a diminuição dos *spreads* poderão se revelar inócuas.

Sobre o impacto das variáveis microeconômicas, destaca-se o trabalho de Bignotto e Rodrigues (2006) que analisaram os dados de 87 bancos atuantes no Brasil entre 2001 e 2004 e concluíram que os custos administrativos têm impactos significativos sobre o spread, além do nível de liquidez, o market share e a receita de serviços (MANHIÇA, 2009, p.18).

Manhiça (2009) concluiu que a volatilidade da taxa de juros e taxa de desemprego alta influenciam positivamente no spread bancário. O desemprego tem relação direta com o aumento do risco de inadimplência (variável institucional)

Também, Manhiça e Jorge (2012) mostraram que a própria manutenção da taxa de juros Selic em patamares elevados contribui para a dificuldade do *spread* bancário brasileiro convergir para as taxas internacionais.

É importante destacar que há um debate envolvendo a significância do produto industrial sobre o *spread* bancário, na medida em que: por um lado, o aumento da atividade econômica poderia ser interpretado como melhora do cenário de inadimplência, gerando menor risco e, conseqüentemente, menor spread; por outro, esse aumento também poderia gerar maior demanda por crédito, pressionando para um aumento do spread (ASSIS, 2019, P.17)

Logo, houve autores como Koyama e Nakane (2002a) e Oreiro et. al. (2006) que encontraram uma relação positiva entre o aumento da atividade industrial e o nível de *spread* enquanto outros, encontraram o contrário.

Por fim, ressalva-se Matulovic (2015), cujo trabalho referente ao impacto das variáveis macroeconômicas sobre os *spreads* separados por perfil de tomador foi resumido por Assis (2019):

(...) teve o objetivo de estudar os fatores macroeconômicos que determinam o *spread* das operações de recursos livres para pessoa física e pessoa jurídica. Em seu estudo, utilizou o mesmo modelo e mesmas variáveis de Oreiro et al. (2006), porém com dados coletados durante um período maior de tempo, entre os anos de 1994 e 2012; para o *spread*, foi utilizada a informação divulgada pelo Banco Central do Brasil, que já possui uma metodologia própria de cálculo.

Os resultados mostraram que a taxa básica de juros tem relação positiva com o *spread* bancário, além de ser o principal fator macroeconômico que influencia seu nível para ambas as modalidades (pessoa física e pessoa jurídica). A inflação, por sua vez, teve uma influência maior no *spread* de pessoa física, enquanto a volatilidade da taxa Selic foi estatisticamente significativa e positiva somente para o crédito de pessoa jurídica.

### 3.2. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OS PRINCIPAIS DETERMINANTES DO *SPREAD* BANCÁRIO BRASILEIRO

A tabela a seguir resume os determinantes do *spread* bancário levantados pela decomposição contábil do Banco Central e pela revisão bibliográfica da literatura nacional:

Tabela 17 – Determinantes do *spread* bancário nacional

GRUPO DE VARIÁVEIS	DETERMINANTES	
	COMPONENTES	OUTRAS VARIÁVEIS
VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS	- Inadimplência - Cunha Fiscal	
VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS		- Inflação - Taxa de Juros Selic e sua volatilidade - Desemprego - Produção Industrial
VARIÁVEIS MICROECONÔMICAS	- Custos Administrativos - Lucro dos Bancos	- Grau de concentração bancária - Alavancagem Financeira

Fonte: Elaboração própria

A partir da estrutura do *spread* desenvolvida pela decomposição contábil do Banco Central e dos principais determinantes do *spread* levantados pela revisão bibliográfica, será desenvolvido o objetivo central desta monografia que é investigar as possíveis hipóteses que justificam o elevado *spread* nacional.

Em relação a estrutura do *spread* nacional, observou-se que os custos administrativos e a inadimplência são os principais responsáveis pelo elevado *spread* nacional. Assim, ao complementar com as informações obtidas através da revisão bibliográfica, observa-se que a inadimplência teve bastante destaque, apresentando significância nos testes estatísticos realizados pelos autores. Contudo, os custos administrativos não tiveram tanto destaque quanto a inadimplência, tendo autores defendendo que tal fator não impacta de forma significativa nos altos *spreads*. A justificativa para essa diferença encontrada pode ser devido a não contabilização das tarifas bancárias e a rentabilidade proveniente das administrações de fundos.

Apesar da cunha fiscal apresentar a menor relevância na mensuração contábil do Banco Central e pela revisão bibliográfica, foi destacada que o Brasil é o país com um dos maiores custos com compulsório. Contudo, não é possível justificar que uma diminuição dos impostos acarretaria na queda dos *spreads* na medida em que os impostos são repassados ao público.

Em relação as variáveis macroeconômicas, destaca-se o impacto da inflação que impactava os elevados *spreads* anteriores a criação do Plano de Metas de Inflação em 1999. Além disto, destaca-se a taxa de desemprego elevada nos anos recentes, influenciando no aumento da inadimplência e, conseqüentemente, na elevação dos *spreads*.

A taxa básica de juros Selic e sua volatilidade merecem uma atenção especial. Deste modo, será elaborada uma subseção específica para tratar este tema. Isto é importante por que a manutenção de uma estabilidade macroeconômica é necessária para permitir a queda dos *spreads*. A partir disto, é possível reconhecer alterações nas variáveis microeconômicas e institucionais afim de ajudar ainda mais nesta queda, as isso só é possível com a estabilização da macroeconomia.

Desta maneira, dentre as variáveis microeconômicas, uma variável que merece um estudo com mais afinco é o grau de concentração bancário, já que foi observado que os lucros dos cinco maiores bancos brasileiros aumentaram nos anos recentes de 2016 a 2018. Situação que entra em desacordo com a trajetória de queda dos *spreads* e da própria crise na economia nacional neste mesmo período.

### 3.2.1. Taxa Selic e *Spread* Bancário

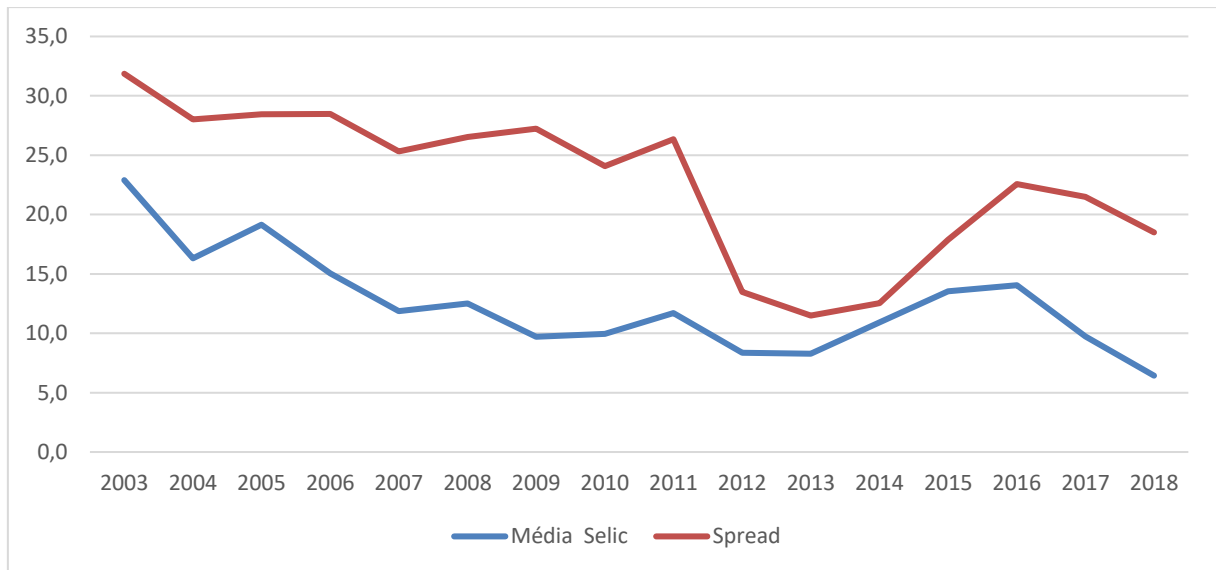
A taxa Selic, como determinante do *spread* bancário nacional, já foi citada no Capítulo

#### 1. Esta taxa é definida como:

A Selic é a taxa básica de juros da economia. É o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação. Ela influencia todas as taxas de juros do país, como as taxas de juros dos empréstimos, dos financiamentos e das aplicações financeiras.

A taxa Selic refere-se à taxa de juros apurada nas operações de empréstimos de um dia entre as instituições financeiras que utilizam títulos públicos federais como garantia. O BC opera no mercado de títulos públicos para que a taxa Selic efetiva esteja em linha com a meta da Selic definida na reunião do Comitê de Política Monetária do BC (Copom).

Desta maneira, quando há um corte na Selic, o custo de captação dos bancos diminui, resultando em menores *spreads* e maiores volumes de créditos concedidos. Analogamente, quando a Selic sobe, desestimula os empréstimos e o consumo.

Gráfico 12 – Taxa Selic e *Spread* Bancário (em %)

Fonte: Banco Central do Brasil – elaboração própria

A partir do Gráfico 12 acima, percebe-se como a trajetória do *spread* bancário acompanha a taxa Selic.

De maneira mais clara, a taxa Selic representa um custo de oportunidade para os investidores na medida em que as aplicações financeiras se tornam mais vantajosas quando a taxa Selic está elevada.

Logo, conclui-se que a elevada taxa Selic impacta nas altas taxas de *spreads* encontradas no período. Este fato é corroborado pelo impacto da política econômica da Presidente Dilma que cortou a Selic em 2011, resultando nas quedas significativas do *spread*. Com isto, a pergunta a ser feita é sobre o por que da taxa Selic se encontrar em níveis elevados e os motivos que não permitiram que essa se mantivesse em níveis mais baixos.

Segundo a literatura tradicional, pela taxa de juros ser utilizada para controlar a inflação e ser o canal da transmissão da política monetária, sendo um instrumento capaz de atrair financiamentos que servem para controlar os déficits públicos, nos anos 2000, durante a gestão Lula, os déficits estavam equilibrados o que permitiu a redução da Selic pela Dilma.

O objetivo da Presidente era de estimular os investimentos na economia e, para tal, também gerou incentivos fiscais que fizeram diminuir a arrecadação do governo, juntamente da retomada dos aumentos nos déficits públicos e conseqüentemente, da inflação. Resultando em um cenário de Crise Econômica em meados de 2014 que perdurou até o período estudado.

Deste modo, entende-se que o cenário ideal para que se tenha níveis ótimos para o *spread* brasileiro é:

Por fim, podemos concluir que falta ainda uma última etapa do processo de estabilização: a flexibilização da política monetária, onde a taxa de juros a ser estabelecida tem que ser compatível com o investimento econômico e o crescimento sustentável. Para isso, torna-se necessário recuperar gradativamente os canais de transmissão de política monetária. E na medida em que isso for ocorrendo, a tendência é de que também a necessidade de taxas de juros mais elevadas diminua. Entretanto, enquanto não for possível adequar às políticas Monetária e Fiscal, reduzindo os déficits do governo e contendo a dívida pública, esses canais de transmissão da política monetária não serão recuperados, e com isso não se conseguirá ir além e colocar a taxa básica de juros no Brasil nos mesmos níveis das economias mais estáveis (MORETO, S. e PAYES, M.; 2012; p. 85)

Em relação ao período de 2016 a 2018, a nova retração da taxa Selic é justificada pela elevada taxa de desemprego que puxou a inflação para baixo, permitindo que a houvesse cortes gradativos na taxa básica de juros.

Conseguindo estabilizar este cenário macroeconômico brasileiro, ou seja, resolvendo o problema dos déficits fiscais, será possível avaliar outras variáveis que também impactam na elevação do *spread* bancário nacional. Dentre elas, destaca-se o nível de concorrência do setor bancário ao se basear na revisão bibliográfica realizada.

### 3.2.2. Concorrência no setor bancário e *Spread*

A partir da análise da evolução dos lucros bancários no Capítulo 2, percebe-se a importância de discutir o grau de concentração do setor crediário. Contudo, há uma dificuldade de identificar e de mensurar o impacto de um aumento da concorrência sobre a queda dos *spreads*. De maneira geral, o Banco Central (2019b) entende que:

O desafio de identificação decorre do fato de que as diferenças de grau de concorrência entre mercados não emergem ao acaso. Isso dificulta a atribuição à competição de diferenças nas taxas de juros entre mercados distintos. Um exemplo ilustra a dificuldade. Por um lado, os empreendedores se dispõem a pagar juros mais altos em mercados onde há melhores oportunidades de investimento. Por outro, investimentos atrativos estimulam a entrada de bancos, acirrando a concorrência. Assim, pode ocorrer das taxas de juros serem maiores onde a concorrência bancária é mais forte. Mas essa relação contra-intuitiva não significa que a competição acirrada

entre bancos aumenta os juros. Significa apenas que a atratividade dos investimentos produz, concomitantemente, juros mais altos e competição acirrada. O desafio de mensuração decorre do fato de o grau de concorrência não ser diretamente observado. Tipicamente, usa-se a estrutura de mercado como uma aproximação do grau de concorrência porque a estrutura de mercado, i.e., grau de concentração ou número de competidores, é facilmente observável. Não raramente usa-se concentração como sinônimo do grau de concorrência.<sup>1</sup> De fato, a estrutura de mercado é informativa a respeito do grau de concorrência. No entanto, concentração alta não é nem condição necessária nem suficiente para grau de concorrência baixa. Há mercados concentrados onde a concorrência é alta e mercados desconcentrados e pouco concorrenciais (BANCO CENTRAL, 2019b, p.2).

Neste quesito, o Banco Central realizou um Estudo Especial nº64/2019 – Concorrência bancária e custo de crédito – com o objetivo de entender essa contradição entre o aumento do grau de concentração não resultar na diminuição na concorrência no setor bancário.

Deste modo, o estudo trouxe um experimento sobre o comportamento de bancos diante de situações envolvendo fusões e aquisições (F&A) e, conseqüentemente, como estes cenários impactam no *spread*.

O estudo apresenta os efeitos estimados da saída de um banco de um mercado local como consequência de uma série de operações de F&A ocorridas no Brasil entre 2005 e 2015. Os principais resultados encontrados são: (i) quando comparados a municípios onde não houve redução do número de bancos (i.e., municípios no grupo de controle), os municípios onde houve saída de um banco (i.e., municípios tratados) apresentam redução do volume de empréstimos para empresas e elevação do *spread* de crédito; (ii) esse resultado é mais forte quando o município tratado possui poucos bancos antes da F&A; e (iii) os efeitos da saída de um banco de um mercado local desaparecem quando a localidade possuía seis ou mais bancos antes do evento. Esses resultados são consistentes com uma extensa literatura que analisa os efeitos sobre a concorrência em mercados específicos da entrada e saída de competidores.

O estudo apresenta também uma análise adicional com os efeitos nos municípios onde existe apenas um banco participante da F&A e, portanto, não há variação da concorrência no mercado local. Nessas localidades, o efeito é uma redução do *spread* em relação aos municípios sem nenhum banco envolvido na F&A, indicando um possível ganho de eficiência (BANCO CENTRAL, 2019b, p. 3 e 4)

Como resultado, o estudo realizado encontrou:

Quando comparados a municípios onde não houve redução no número de bancos, mostra-se que municípios “tratados” experimentam elevação do *spread* de empréstimos (a diferença entre as taxas de empréstimo e de depósito) e recuo do volume de empréstimos. Esses efeitos são relevantes em municípios onde o número de bancos competidores antes do evento de F&A era menor. Em particular, as estimativas sugerem que os efeitos da saída de um banco de mercados com seis ou mais competidores não são relevantes.

O estudo apresenta também resultados sugerindo que eventos de F&A podem gerar ganhos de escala e eficiência produtiva que podem compensar seus efeitos anticoncorrenciais. Nos municípios onde existe apenas um banco participante da F&A – indicando não haver variação na concorrência – há uma redução do spread. O estudo apresenta também uma análise contrafactual onde assume-se que cinco bancos iguais detêm 100% do mercado, o que representaria um aumento de concentração em relação ao atual nível nacional. Nesse contrafactual, haveria uma queda no spread e um aumento nos volumes de crédito. Isso ocorreria porque, apesar do aumento de concentração a nível nacional, a competição aumentaria localmente. Esse resultado mostra que o grau de concentração pode estar associado também a ganhos de eficiência e que, por isso, a relação entre concentração e spreads é ambígua.

Os resultados ora reportados mostram que baixa concorrência tende a elevar o custo do crédito. Entretanto, conforme argumentado na introdução deste estudo, as estruturas de mercado e o grau de competição são endógenos a cada localidade. Em particular, municípios pequenos e com baixa renda tendem a ter poucos bancos. Essa interação entre concorrência e escala de mercados locais sugere que outras políticas que visam ao desenvolvimento econômico – em especial, através do aumento da produtividade – podem contribuir para o aumento do número de concorrentes nos diversos mercados locais (BANCO CENTRAL, 2019b, p. 13 e 14).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia teve o objetivo de levantar as principais hipóteses que justificam o porquê de o *spread* bancário brasileiro ser tão elevado. Para isto, este trabalho final foi construído em três etapas, com cada uma sendo trabalhada em um capítulo específico.

Na primeira, foi realizado um paradigma geral sobre o comportamento e a relação entre o *spread* bancário e o mercado crediário brasileiro. Assim, o *spread* bancário foi definido como sendo a diferença entre as taxas de aplicação (taxa de juros paga pelos tomadores de crédito) e captação (taxa de juros paga pelos bancos para atraírem recursos do público) das instituições financeiras. Por isto, o *spread* bancário é tratado como um importante indicador da eficiência do setor financeiro.

Ao analisar o sistema de crédito, foi observado que os bancos realizam uma distinção entre o tipo de recurso (créditos livres ou direcionados) e o perfil de tomador (pessoa física ou jurídica) no momento da concessão de créditos. Desta maneira, os *spreads* aplicados a cada uma dessas distinções também são diferentes: os *spreads* aplicados sobre as pessoas jurídicas e recursos direcionados são inferiores as pessoas físicas e recursos livres. A justificativa para esta situação é devida ao menor custo com inadimplência para as pessoas jurídicas e devido aos subsídios do Estado para a concessão dos créditos direcionados.

Quando realizada a comparação entre os *spreads* encontrados ao longo de 2000 a 2018 em contraponto com os créditos disponibilizados neste mesmo período, percebeu-se que há indícios de uma relação positiva entre a queda dos *spreads* e o aumento dos créditos na economia. Este quadro foi corroborado através da análise da relação Crédito/PIB no período.

Em sùmula, este primeiro capítulo serviu para mostrar aos leitores a importância de se debater o *spread* bancário brasileiro, já que elevados *spreads* impactam negativamente no desenvolvimento econômico nacional por restringir os investimentos e limitar o consumo da população. Por isso, é essencial investigar as causas que levaram ao *spread* ser elevado, ou seja, é necessário levantar seus componentes e determinantes.

Com isto, na segunda etapa, foi estudada a estrutura do *spread* bancário – entre 2000 a 2018 - brasileiro a partir da decomposição contábil realizada pelo Banco Central. Contudo,

como as metodologias adotadas pelo Banco Central foram se modificando ao longo do tempo, foram selecionados dois métodos. O primeiro foi uma análise do *spread* pré-fixado entre 2007 e 2014 e, o segundo, do *spread* oriundo do Índice de Custo Bancário (ICC) médio. Ao entender as diferenças e semelhanças metodológicas entre ambas, foi concluído que há quatro principais componentes do *spread* bancário. São eles: Inadimplência (componente principal pelos elevados *spreads*), Cunha Fiscal (parcela que engloba os impostos diretos e indiretos, taxas, encargos, subsídios e com o compulsório), Lucro Bancário e os Custos Administrativos.

Contudo, esta forma de mensuração do Banco Central não é capaz de levantar todas as variáveis que impactam na elevação dos *spreads*.

Desta maneira, no Capítulo 3 foi desenvolvida a última etapa: levantar os principais determinantes do *spread* bancário nacional a partir de uma realização de uma revisão bibliográfica sobre os principais trabalhos.

Assim, foi entendido que os estudos sobre os determinantes do *spread* bancário foram baseados em dois trabalhos convencionais. O primeiro realizado por Klein (1971) que permitiu a realização de uma análise de variáveis microeconômica sobre os *spreads* e, o segundo, de Ho e Saunders (1981) que possibilitou mensurar o impacto de variáveis macroeconômicas. Além desses dois grupos de variáveis, há um terceiro, correspondente aos determinantes com caráter institucionais.

Logo, como conclusão, foi possível levantar as seguintes possíveis causas que impactam na elevação do *spread* nacional:

- Cenário macroeconômico:

Ao realizar uma comparação entre a evolução do *spread* com a trajetória da taxa Selic, observou-se que tal determinante impacta de forma significativa na elevação dos *spreads* na medida em que a Selic funciona como um custo de oportunidade para os investidores. Deste modo, percebeu-se que para se abaixar os *spreads* é necessário que haja cortes na Selic. Com

isto, foi analisado o período do governo Dilma que tentou realizar tal política. Contudo, não teve sucesso devido ao descontrole nos déficits fiscais.

Assim, conclui-se que para se ter uma taxa de *spread* ótimo é necessário que o quadro macroeconômico brasileiro esteja estável. Neste cenário, inclui-se o nível de desemprego que nos anos recentes está em patamares elevados, o que contribuiu para a queda dos *spreads*, mas não significou em aumento dos investimentos.

A estabilização da macroeconomia é o ponto fundamental. A partir disto, é possível discutir outros motivos que influenciam na elevação dos *spreads*. Neste quesito foram destacados mais dois pontos: a alta inadimplência e a existência de um mercado bancário monopolizado.

- Cenário de elevada inadimplência:

Como foi visto na estrutura do *spread* bancário, o componente referente a inadimplência é retratado como a principal responsável pelo elevado *spread* bancário. Deste modo, destaca-se o fato sobre as elevadas taxas de desemprego no período recente e o elevado tempo e custo para se reaver os créditos cedidos.

Assim, a hipótese sobre os elevados *spreads* é referente a elevada inadimplência que poderia ser diminuída a partir de uma melhoria no acesso à informação por parte das agências que disponibilizam os créditos, juntamente da melhoria do quadro de alto desemprego proporcionado pelo desequilíbrio no setor macroeconômico nacional.

- Cenário de possibilidade de aumento da concorrência bancária:

Em relação ao grau de concentração no setor bancário e seu impacto na diminuição da concorrência, foi visto que este cenário não é uma regra geral. Locais que apresentam taxas de aplicações mais elevadas são aqueles onde se predomina o maior nível de concorrência.

Assim, medidas referentes a tecnologia de informação são necessárias para que estimule a competição sem a necessidade de entrada física de agências bancárias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, J. R.; KOHLER, M.; FREITAS, P. **Evolução e determinantes do spread bancário**. 2009 (Texto para Discussão Senado/Consultoria, n. 61).

ARONOVICH, S. **Uma nota sobre os efeitos da inflação e do nível de atividade sobre o spread bancário**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, jan./mar. 1994.

ASSIS, M. V. C. **Determinantes do spread bancário de crédito de recursos livres no Brasil: Uma análise por produto**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP, São Paulo, 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL **Bancos oficiais e Crédito Direcionado – O que diferencia o mercado de crédito brasileiro?** Trabalho para discussão, 258, 2011.

\_\_\_\_\_ **Concorrência bancária e custo de crédito**. Estudo especial nº64/2019, 2019.

\_\_\_\_\_ **Juros e Spread Bancário**. 2016

\_\_\_\_\_ **Relatório de Economia Bancária e Crédito**, 2014

\_\_\_\_\_ **Relatório de Economia Bancária e Crédito**, 2016

\_\_\_\_\_ **Relatório de Economia Bancária e Crédito**, 2018

\_\_\_\_\_ **Relatório de Economia Bancária e Crédito**, 2019

BIGNOTTO, F.; RODRIGUES, E. **Fatores de risco e o spread bancário no Brasil**. In: BCB. Relatório de Economia Bancária e Crédito, 2006, p. 45-58.

BARBOSA CAMPELLO, Nalva Cristina. **Spread bancário no Brasil suas determinantes e consequências**, 2008. Disponível em:

<[http://www.tjpe.jus.br/cej/revista/num\\_2/Nalva%20Cristina%20Barbosa%20Campello.pdf](http://www.tjpe.jus.br/cej/revista/num_2/Nalva%20Cristina%20Barbosa%20Campello.pdf)>

Acesso em: 25 de nov. 2019.

CAVALCANTI, Felipe de Oliveira; GUTIERREZ, Carlos Enrique Carrasco e DIVINO, José Angelo A.. **Determinantes do spread bancário e os impactos do acordo de Basileia III**. Brasília: 2017.

DANTAS, José Alves; MEDEIROS, Otavio Ribeiro de e CAPELLEITO, Lucio Rodrigues. **Determinantes do spread bancário ex post no mercado brasileiro**. RAM, Rev. Adm. Mackenzie [online]. 2012, vol.13, n.4

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Como fazer os juros serem mais baixos no Brasil**. São Paulo:2018.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Spread bancário: Evolução de seus componentes e agenda do Banco Central**, 2017.

FICHE, Marcelo Estrela. **Spread bancário no Brasil**. Dissertação (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia de Brasília-UNB, Brasília, 2015.

HO, T. S. Y.; SAUNDERS, A. **The determinants of bank interest margins: theory and empirical evidence**. Journal of Financial and Quantitative Analysis, v. 16, p. 581-600, 1981.

KLEIN, M. A. **Imperfect asset elasticity and portfolio theory**. American Economic Review, v. 60, n. 3, p. 491-494, June 1973.

KOYAMA, N.; NAKANE, M. **Os determinantes do spread bancário no Brasil**. 2002.

Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTecnicas/Port/2002nt19composicaodospread2p.pdf>>

Acesso em: 25 de nov. 2019.

LEAL, Rodrigo Mendes de Souza. **A Interação entre a dinâmica macroeconômica e os bancos: uma perspectiva acerca do risco de crédito**. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2006

MANHIÇA, F. A. **O spread bancário e a política monetária no Brasil: de 2000 a 2008**. In: Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. Porto Alegre UFRGS

MANHIÇA, F.A.; JORGE, C.T. **O Nível da Taxa Básica de Juros e o Spread Bancário no Brasil: Uma Análise em Dados em Painel**. Texto de discussão do Ipea nº1710. Rio de Janeiro, fev. de 2012.

MATULOVIC, Marcio Oliveira. **Os determinantes macroeconômicos do spread bancário para pessoas físicas e jurídicas no Brasil: Uma análise do período pós Plano Real**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Fundação Getúlio Varvas, FGV/SP, São Paulo, 2015.

**OLIVEIRA, Giuliano Contento de. Análise do spread bancário no Brasil após o Plano Real (1994-2003).** 122f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, São Paulo, 2004.

**OREIRO, et. al. Determinantes macroeconômica do spread bancário no Brasil: teoria e evidência recente.** Econ. Apl. vol. 10 no. 4 Ribeirão Preto: 2006.

**SOUZA, G. J. G. A interação entre a dinâmica macroeconômica e os bancos: uma perspectiva acerca do risco de crédito.** Dissertação (Mestrado) – Orientação de Carmem Aparecida do Valle Costa Feijó – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

**SOARES, R. P. Evolução do crédito de 1994 a 1999.** Texto para discussão, 88, Ipea, 2001.